



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: FELIPE BECARI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 30 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Olá, bom dia a todos, todas e todes.

Estamos presentes com a Vereadora Luana Alves, Vereadora Juliana Cardoso. Não sei se há Vereadores virtualmente. (Pausa). Há, Gustavo? Há vereadores de forma virtual? Okay.

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 14ª Audiência Pública semipresencial no ano de 2022, convocada na data de hoje, 30 de novembro, tendo como pauta o Projeto de Lei 253/2021, de minha autoria com os Vereadores Eduardo Matarazzo Suplicy, Elaine do Quilombo Periférico, Luana Alves, Carlos Bezerra Júnior e Professor Toninho Vespoli, que “dispõe sobre a política municipal de atenção à criança e adolescente em situação de rua e na rua na cidade de São Paulo”.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em Auditórios *on-line*, no *link* Auditório virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participação na audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 25 de novembro de 2022 e cada inscrito terá três minutos para se manifestar. Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 29 de novembro de 2022 e foi publicada também nos jornais de grande circulação no dia 29 de novembro de 2022.

Para esta audiência pública, nós convidamos – e já peço para estarem conosco, à Mesa –, os Srs.: Gustavo Felício Ferreira Pinto, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (Pausa); Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, que está presente virtualmente; Carlos Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência Social (Pausa); Fabricio Cobra, Secretário Municipal da Casa Civil (Pausa); Sueli Maria Lima Camargo, Coordenadora da Arquidiocese da Pastoral do Menor, que está presente; Roberta Machado Tasseli, Associação da Cidade Escola Aprendiz, que está presente; Rubens Naman Rizek, da Secretaria de Governo (Pausa), que estará sendo representado por Alexis; José Antônio de Lima Neto, Comissão Permanente de Conselheiros

Tutelares (Pausa), que estará sendo representado por Neia.

Bom. Há alguém mais que eu deixei de chamar, que não está comigo? Não? E o Governo, que está subindo.

Covereador Júlio do Quilombo Periférico, fique à vontade para sentar-se conosco. Está certo?

Bom, gente, essa audiência pública é uma audiência que a gente já estava esperando há um bom tempo, até porque esse projeto de lei foi pensado e construído junto ao movimento. Acho que desde quando a gente está dialogando e discutindo esse projeto de lei, é importante dizer que houve diversas reuniões com a Secretaria de Governo – acho que mais de dez, bem mais – pensando pontualmente em cada item do projeto.

Em especial, eu tive uma conversa com o Prefeito Ricardo Nunes, porque este era um dos projetos que a gente queria ver se aprovava antes de eu terminar a vereança aqui, na capital de São Paulo, porque fui recém-eleita Deputada Federal. Dentre dois projetos que eu queria muito que fossem aprovados, um é do Fomento ao Samba, que ontem foi aprovado em segunda votação e vai à sanção do Prefeito; e o outro que era esse projeto, 253/2021. A gente queria mais, mas não deu: só deu esses dois. Então, ficou para dialogar com os demais Vereadores. Como trata de um projeto já muito debatido com o Governo nesse grupo de trabalho, ele está pronto para ser votado em segunda e ter a sanção do Prefeito.

Então, quero muito agradecer a todos os Vereadores e Vereadoras autores deste projeto de lei, que vão, efetivamente, depois, tocar ele a partir do ano que vem, para poder ver se vai – apesar de ter aprovado a lei –, ser executada, de fato. Agradeço, também, muito a disposição, porque é muito difícil, às vezes, neste Governo, mesmo a gente sendo vereador de Oposição, ter essa disponibilidade de tantas reuniões para falar de um projeto. A gente briga, debate as ideias, mas também sabe reconhecer quando há uma abertura para o diálogo. A gente só não sabe ainda qual vai ser o conteúdo do texto que nós estamos esperando, mas de qualquer forma, a gente já agradece, nesse sentido.

A gente sabe que o substitutivo avançou muito, inclusive com o compromisso da

inclusão, que é uma das coisas que a gente debate – há diversas coisas que a gente debate muito – sobre os cento e vinte dias para regulamentação desse projeto, porque as políticas públicas para criança em situação de rua e na rua são emergenciais. A gente não recebeu ainda o substitutivo oficialmente e uma das coisas que quero conversar com o Governo é que não o mande cinco minutos antes da votação, porque nós vamos ter dificuldade. Nós chegamos até aqui conversando e dialogando sobre cada ponto, então a gente quer ter essa transparência. Espero que hoje, nesta audiência, vocês possam trazer para nós os itens que foram pensados e formulados pelo Governo.

A gente tem alguns pontos que ainda são muito caros para a sociedade, que vamos apresentar nesta Mesa. Cada um está um pouquinho com a tarefa de dizer... (Pausa) Então, eu quero chamar o Décio, que está representando a Secretaria de Assistência Social e é Secretário-Adjunto de SMADS. Pode já sentar-se conosco, Secretário. Que bom que o senhor veio, isso nos dá uma boa esperança, até para nós sabermos sobre o substitutivo.

Eu queria só colocar cinco pontos, que eu já queria que os senhores do Governo enxergassem como uma resposta a ser dada para esta nossa audiência.

Primeiro ponto que a gente precisa avançar: a participação da Secretaria Municipal de Governo na instância de responsável para implantar a política municipal. A gente destaca a importância dessa Secretaria, que também já está presente, com a função de autoridade que exerce o implantar e compor de uma instância temporária com o CMDCA e outras organizações da sociedade civil, até a implantação da política desta lei, assim como já ocorre na política municipal da primeira infância.

Então, a gente já recebe também o nosso Vereador, sempre Senador, Eduardo Matarazzo Suplicy – agora, o nosso Deputado Estadual, eleito um dos mais votados do Estado – que, se já puder, venha estar conosco.

O segundo ponto: a relação do Poder Público municipal com a área da segurança pública é necessário constar. Isso porque é de conhecimento que esse setor da segurança pública atua com esse Poder Público e, por vezes, de forma inadequada, devendo, portanto,

aprimorar-se nos conhecimentos e nos procedimentos de atendimento na área de segurança pública.

A criação da bolsa convivência para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, que significa disponibilizar um subsídio financeiro aos adolescentes por tempo delimitado – uma bolsa convivência para fins de facilitar o processo de retorno à família ou à sua comunidade de origem.

Criar uma rubrica específica no orçamento para o atendimento previsto dessa política, para garantir a dotação orçamentária, a fim de assegurar o desenvolvimento de ações previstas na lei. Essa é mais para nós, Vereadores, para nós pensarmos na relação orçamentária, mas o Governo cancelar – acho que é essa a palavra – dar conta de topar, para termos essa rubrica.

E o atendimento em horário integral, que a gente defende, das políticas de atendimento que constam do PL – porém, que não consta da minuta do antigo substitutivo –, em que os territórios possam ter a implantação que serão definidas a partir dos dados do censo e de outros diagnósticos.

Então, são esses cinco pontos que estávamos queremos incorporar dentro desse debate. E nós temos uma Mesa longa, e nós vamos nos organizando.

Vou passar a palavra para a Vereadora Luana Alves para fazer suas considerações. Acho que o Vereador Eduardo Suplicy vai falar em seguida e, depois, a gente já começa com o diálogo entre a sociedade civil e o Governo.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia a todos e todas presentes. Bom dia, minha companheira e Vice-Presidente da Comissão, Juliana Cardoso; Vereadores Suplicy e Júlio do Quilombo. Enfim, Sueli, Roberta e todos os que fizeram e fazem parte dessa caminhada.

Sou uma Vereadora de primeiro mandato e sinto-me bastante feliz e honrada por poder fazer parte de um pedaço dessa caminhada que é muito antiga. Sei que é de muito tempo, sei que é de muitos anos, sei que a elaboração desse projeto não é uma coisa que apareceu ontem, não surgiu ontem.

Um projeto que fale de uma política municipal de atenção integral à criança em situação de rua e na rua, eu sei que vem de pastoral, vem de profissionais de assistência, vem de movimentos, vem da sociedade civil e vem de bastante gente que está há muito tempo nessa batalha.

Quando a gente fala de política para a população em situação de rua, no geral, é algo muito complexo, que não envolve só assistência. Envolve muitas políticas públicas e envolve uma exclusão estrutural. A gente sabe que a exclusão social, a fome, a miséria, o racismo, não se resolvem com política pública, no fundo. A gente sabe que estamos lutando contra uma estrutura que exclui a população pobre e negra. A gente está falando de uma estrutura que cada vez mais enfraquece a nossa população, em especial, a população mais pobre. Mas a política pública é muito necessária.

Termos políticas públicas que consigam dar conta da complexidade dessa questão é muito necessário. E eu acho que essa consegue, Juliana, dar conta, e eu sei que houve muitas questões neste projeto, muitas questões polêmicas e pontos de discordância. Mas, eu queria, com muita sinceridade e muito afeto, colocar alguns pontos que eu sempre admirei, desde que entrei em contato com esse projeto, e que eu acho que a gente tem que batalhar para ter no substitutivo. Parece-me que ele acaba de ser enviado – pelo menos, no meu celular, acabou de chegar – por parte do Governo, o substitutivo, e eu tenho esperança que ele consiga manter alguns pontos que acho muito importantes. Casa Civil está chegando daqui a pouco e eu queria falar sobre esses pontos.

Eu acho que um deles é a questão de dentro, de todo serviço prestado à população em situação de rua, ter serviços específicos e trabalhadores específicos para criança em situação de rua. Serviço de abordagem, por exemplo: a abordagem para a população em situação de rua é um serviço especializado, mas abordagem à criança em situação de rua é mais especializado ainda. Não dá para ser a mesma equipe. Tem que ser uma equipe própria, que consiga dialogar com a criança e com o adolescente, que consiga pensar a sua realidade e seu projeto de vida, porque está em outro momento de seu ciclo de vida do que o adulto em situação de rua. É

importante conseguir garantir, nesse substitutivo, esse ponto que é muito importante.

Outra questão que eu queria destacar é o serviço de convivência, porque a gente sabe que hoje, dentro da configuração da rede de assistência, a gente tem ali a abordagem de rua, os profissionais, e os serviços de acolhimento, que são fechados para quem é criança e adolescente, digamos, que é isso: entrou, entrou e não pode mais sair. Essa é a verdade. Não há um serviço de convivência para criança em situação de rua e na rua, por exemplo, no Centro, que seja um serviço de convivência mesmo, que tenha psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, e que não prenda a criança. Parece-me que esse serviço não existe na rede hoje, e essa política o criaria.

Então, hoje, a gente só tem a alternativa do diálogo com a criança na rua ou de levá-la para um serviço, que pode ser um serviço que, por ser de, digamos – a gente sabe que é de acolhimento – mas muitas vezes pode ser interpretado como restrição; pode ser um serviço que não seja exatamente de acolhimento ou que pode ser encarado não como um cuidado, mas com negatividade por parte dessa criança e desse adolescente – falando de forma muito franca com vocês.

O serviço de convivência, de fortalecimento de vínculos, de laços, que a criança saiba que ela pode ir e sair, se ela quiser, e voltar, se ela quiser também, é muito importante quando se pensa na realidade da criança em situação de rua e na rua. Esse serviço não existe. São Paulo seria muito inovadora fazendo esse serviço. Hoje, há serviços de convivência para adultos – para crianças, não há – que consiga ser um espaço de liberdade e de acolhimento. Então, São Paulo ter esse serviço vai ser muito importante, muito fundamental e a gente vai batalhar para que esse serviço mantenha-se no substitutivo.

Finalmente, eu queria destacar este ponto: que a gente consiga garantir, nesse Projeto de Lei bastante complexo – que fala de princípios, dos serviços, do orçamento –, ter a participação da sociedade civil na implantação e no acompanhamento desse serviço. É muito importante que a gente consiga fazer com que o Comas, o CMDCA e a sociedade civil em cada serviço consiga ter acompanhamento. A gente sabe que a Prefeitura que faz a gestão, que é o

Executivo quem faz a gestão – nós não questionamos isso. Mas a gente sabe, também, que quando se fala em política pública, não se fala só em gestão: a gente fala em sociedade civil acompanhando. É muito importante que a gente consiga garantir isso nesse serviço.

Se a gente aprova agora esse projeto – tenho esperança de que iremos aprovar ainda neste ano, muita esperança –, a gente sabe que ainda há um longo caminho a trilhar. E esse longo caminho só vai ter sucesso se tiver esse grupo, essa parte da sociedade, esse setor mobilizado para acompanhar o serviço, a implantação e a maneira como a gente vai conseguir fazer.

Essa fala final é mais um pedido mesmo, para que esse grupo siga acompanhando essa política – siga, digamos, fiscalizando. Essa não é uma situação de Oposição ou Situação com o Governo, é uma situação de qualquer política pública, principalmente uma como essa, que deve ser acompanhada, sim. É isso.

Acredito que vamos ter condição, como disse a Vereadora Juliana, de aprovarmos esse projeto.

Também queria agradecer a disposição de diálogo pelas Secretarias, acho que é importante mesmo. Esse PL foi discutido com SMADS, com Casa Civil, com Gestão, enfim; foi importante esse diálogo, está sendo importante e a gente sabe que outras Secretarias vão ter que se envolver cada vez mais, porque a gente fala de criança em situação de rua e na rua, e isso exige intersetorialidade. Exige que haja diálogo com a educação, saúde, assistência, habitação – porque fala-se de uma criança que circula em serviços: escola, serviço de saúde e outros equipamentos, que têm que conversar entre si. Essa política coloca isso também: essa conversa entre os equipamentos.

Agradeço a possibilidade de fala e vamos aí, escutar o que o pessoal tem para falar.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vereadora Luana Alves.

Eu vou passar a palavra para o Covereador Júlio do Quilombo Periférico. E aí, eu vou inverter a ordem do roteiro que vocês tinham feito, porque, como chegou o substitutivo, a

gente vai ouvir os Vereadores; haverá uma apresentação de quinze minutos – que não sei exatamente o que é –, e então, eu passarei para o Alexis, que é Secretário Executivo da Secretaria de Governo, que fará a apresentação do substitutivo no telão, para acompanharmos. Depois, passaremos para a Mesa, senão vamos ficar falando e ele não vai ter tempo de apresentar o que queremos saber.

Tudo bem assim? Mesa? *Okay.*

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas. Bom dia a todos. Bom dia, Juliana, Luana, nosso querido Suplicy, representantes da Secretaria Municipal de Assistência, a representação da Pastoral do Menor; companheira Sueli Camargo; companheira Roberta, aguerrida, que esteve conosco nesse GT; companheira Tania; companheira Miriam; a todas as conselheiras e conselheiros tutelares presentes; ao Movimento da Infância.

Esse projeto, o PL 253, é para nós, que somos militantes da infância, uma reparação histórica. Reparação histórica pela vida de Kauane, *né*, Francilene? Uma jovem do território do Lajeado que, em 2017, foi encontrada, gestante de gêmeos, executada dentro de um barraco. É pela vida do Ítalo. É pela vida de tantos corpos das nossas infâncias, adolescências e juventudes que têm raça, têm classe e têm cor.

Eu quero incidir – primeiro, falar da importância de um serviço, que é um dos apontamentos do movimento, além da especialidade que nós já tivemos na cidade. Até 2015, nós tínhamos dois serviços para atendimento de criança e adolescente em situação de rua no Centro, fora os projetos excepcionais do Fumcad. A gente não pode tornar os projetos excepcionais do Fumcad, que são políticas excepcionais, como política pública – ela tem que ter outro papel. O projeto excepcional do Fumcad, após seu término, tem que se tornar política pública essencial e financiada pelo município. Essa é a briga histórica do movimento.

O atendimento especializado às crianças e adolescentes em situação de rua e na rua vai necessitar de uma equipe qualificada, de abordagem qualificada. E no Movimento da Infância, nós temos quadros que darão conta disso. Agora, há o papel do Estado, que é garantir esses serviços especializados. E temos um desafio.

Tivemos, recentemente, a audiência do orçamento da assistência e existe uma demanda de um déficit de 12% para reajustes das Organizações Sociais. A gente vai ter que incidir que também já esteja previsto, no orçamento e no planejamento da Secretaria Municipal de Assistência, a implantação desses serviços – que já deveriam estar previstos, pois são serviços tipificados nacionalmente anterior a esse projeto de lei. E como o estado não cumpriu, o movimento aponta esse projeto de lei, de forma muito qualitativa e aguerrida.

Eu quero dizer que a mandata coletiva Quilombo Periférico estará no apoio a esse projeto – não só no apoio, mas estamos na coautoria – porque a gente entende que criança e adolescente em situação de rua têm pressa, e que o estado, por vezes, abandona esses corpos. Nós temos um alto índice de meninas transexuais que são invisibilizadas nos atendimentos, nas abordagens e que estão em situação de trabalho e de exploração sexual na região central de São Paulo. Precisamos falar disso.

Precisamos falar de um menino executado há menos de quatro meses – nós estávamos lá na rua, Tania – tem cor, é um homem preto, um jovem preto. Se nas quebradas, os meninos pretos que são executados por bala são invisibilizados, imagine a criança preta, em situação de rua, na região central? Fora os casos ocultos que não chegam ao conhecimento do nosso movimento.

Então, defender esse projeto, defender que o estado apresente um substitutivo que seja compatível com os anseios do Movimento, é defender a vida, é defender a reparação histórica, é defender uma política de proteção integral e é defender direitos. Defender direitos de crianças, infâncias, adolescências e juventudes.

Para finalizar, quero informar que ontem a mandata coletiva realizou uma audiência pública acerca das infâncias, juventudes e a violência racial. A situação de rua é uma das expressões da violência do racismo estrutural neste país. Precisamos dar nome às opressões que os nossos meninos, meninas sofrem cotidianamente. Não pode ser tratado como *bullying*: é racismo. Naturalizar morte de criança preta, na região central de São Paulo, é a maior expressão do racismo na cidade de São Paulo.

Portanto, serviço especializado é mais do que necessário. Ele é urgente e deve ser papel do estado integral, 24 horas e com uma equipe de qualidade para atender às nossas infâncias, adolescências e juventudes.

Que possamos ouvir a sociedade e ver a apresentação do novo substitutivo, para que a gente possa seguir defendendo e dizendo não só que criança de rua tem pressa, mas que criança de rua tem pressa e é prioridade absoluta e sempre.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Passo a palavra, agora, para o nosso sempre Senador Eduardo Suplicy, Vereador e Deputado Estadual.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Querida Presidente desta sessão, Vereadora Juliana Cardoso, já eleita Deputada Federal e que vai continuar essa batalha conosco.

Eu sou coautor desse projeto, com a Elaine do Quilombo Periférico, o Júlio, a Luana Alves, o Carlos Bezerra Júnior, o Professor Toninho Vespoli. Estamos bastante animados e, sobretudo, agradeço a presença de tantas pessoas que hoje vieram para destacar a importância desta audiência pública, que debate a política municipal para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua em São Paulo, tema de extrema relevância e complexidade.

Segundo o Censo de Crianças e Adolescentes em situação de rua e na rua, feito pela Prefeitura, neste ano, há 3.759 crianças e adolescentes nessa situação em São Paulo, aproximadamente o dobro de 15 anos atrás. Destaco também que, do total, 71,6% são negras. Esses dados escancaram a histórica desigualdade social, o racismo em nosso país e exige ainda mais a implementação de políticas públicas efetivas para que se garanta o direito e a dignidade de todas e todos.

A Prefeitura ainda deverá divulgar os dados da segunda etapa do censo qualitativo, que auxiliará na implementação deste projeto, o 253/21. O PL, apresentado na Câmara por colegas e por mim, foi produzido a partir de extenso e completo documento elaborado em 2018 pelo Neca – Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes, em parceria com

a Prefeitura, que apresentou subsídios para elaboração da política municipal de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua.

O projeto é complexo, intersetorial e estruturante, com diversos pontos importantes, princípios, diretrizes e metodologia. Entre julho e setembro deste ano, foram feitas nove reuniões entre gabinetes dos Vereadores, sociedade civil e Poder Executivo para chegar à minuta do substitutivo do projeto de lei. Destaco a importância de o Poder Executivo garantir orçamento suficiente para execução das diversas ações de todas as Secretarias envolvidas no projeto. Também faço o apelo para que os parlamentares e a sociedade civil sejam ouvidos na construção do futuro decreto regulamentador.

Eu estou empenhado para que aprovemos o PL, na Câmara, o quanto antes, se possível neste ano, e que a Prefeitura implemente urgentemente a política de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua na cidade de São Paulo.

Podem contar comigo, assim como pela batalha para que o Governo do Presidente Lula, que assumirá no dia 1º de janeiro próximo, venha a implementar, de fato, aquilo que já é lei: vai fazer, em 8 de janeiro, 19 anos, a Lei 10.835, que institui a renda básica de cidadania, até que se torne universal e incondicional para toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica – mas todos que estão presentes e todos que tenham qualquer montante de riqueza, sim. Os que têm mais, vão colaborar para que eles próprios e todos os demais venham a receber. Esse é um conceito que cada vez mais ganha adeptos em todos os continentes do mundo, entre laureados com o Prêmio Nobel de Economia e da Paz.

Eu tenho tentado realizar um compromisso com Deus, para que eu possa, ainda durante a minha vida, ver implantada a renda básica de cidadania universal e incondicional, e isso depende muito da ajuda de todos vocês, que quiserem apoiar.

Está bom, Juliana? Inclusive você, no Congresso Nacional.

Muito obrigado. Parabéns a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ai de mim se eu não defender a renda

básica de cidadania. Vocês não estão entendendo.

Vamos pular o vídeo. Passo a palavra para a Sueli, da Pastoral do Menor, que vai fazer um resgate da história dessa caminhada, nos minutos que destinados ao vídeo. Depois, passamos para o Secretário Executivo Alexis.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – É uma alegria estar com vocês hoje.

Eu quero saudar todos os componentes da Mesa, na pessoa da nobre Deputada Federal Juliana Cardoso, que preside esta sessão hoje, e na pessoa da nossa querida Vereadora Luana Alves. Estas são mulheres que me representam, sim. São grandes mulheres com histórico na defesa da criança e do adolescente.

Da mesma forma, eu quero saudar todos os presentes que se encontram aqui hoje, parabenizá-los por este momento histórico, e também os que se encontram de forma remota.

Coube a mim fazer um breve resgate desse processo histórico. Rever o passado é importante para que não cometamos os mesmos erros no futuro. Logo, é importante revermos por qual processo nós passamos para chegar até aqui.

Criança e adolescente de rua têm pressa. Destacamos que as condições de vida da população em situação de rua são desumanas, são humilhantes. Essa realidade seleciona um grupo dentro das camadas mais marginalizadas. População de rua é, sim, heterogênea – logo, não precisamos de uma política pública de baciada. Precisamos de uma política pública heterogênea para tratar pessoas diferenciadas. É uma das reivindicações do nosso PL.

Somos todos responsáveis. Não foi fácil chegarmos até aqui. Inúmeras reuniões, debates, embates, pesquisas, estudos, revisões inúmeras do texto do PL, porém sabemos que caminhamos e que já é uma grande vitória ter esse projeto tramitando nesta Casa, fruto da sociedade civil organizada.

Pois bem, vamos à história. Vocês vão ver algumas fotos, que não têm muito a ver com a sequência do que estou falando, mas registram um pouco do passado histórico da construção desse PL.

- Exibição de imagens, no telão.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Tentarei ser breve.

Em 2013, entidades, organizações, Movimento da Infância e do Adolescente realizaram um ato que denunciava a violência e o aumento de mortes da população de rua na região central. Foi aberto inquérito civil para apurar mortes de crianças e adolescentes na cidade para averiguar a efetividade da ação da Prefeitura Municipal de São Paulo destinada à criança e ao adolescente em situação de e na rua.

Em 2016, em 21/06, a Defensoria Pública, com a presença do Ministério Público, realizou uma audiência pública onde essas denúncias, mencionadas anteriormente, foram apresentadas. CMDCA e Comas foram convocados a participar.

Em 2016, essa mobilização, que se iniciou com esse ato de denúncia, resultou na formação de um grupo de trabalho coordenado pelo CMDCA e teve início um amplo processo participativo, democrático, do Movimento da Infância na cidade de São Paulo. Esse GT foi por mim coordenado durante todo o meu mandato no CMDCA, composto por representantes, profissionais de diversos serviços e setores, e também da Prefeitura, do Comas, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Ministério Público e outros.

Em 2017, para escutar a sociedade civil em geral, o que foi feito? O município foi dividido em subprefeituras e foram realizadas audiências públicas em cada subprefeitura. Crianças e adolescentes de rua foram protagonistas desse processo. Realizamos uma audiência pública lúdica no dia 19/06/2017, no Vale do Anhangabaú, com diversas tendas temáticas, onde crianças e adolescentes tiveram voz e vez, e propuseram políticas públicas.

Nesse processo, entrou o Neca – como o Suplicy já mencionou –, que foi contratado para sistematizar toda essa dinâmica, todo esse processo e o Neca ainda realizou pesquisas, entrevistas com juristas, escritores; foi feita a escuta de entidades de atendimento. Toda essa dinâmica culminou na elaboração de um documento –também mencionado pelo Suplicy –, intitulado “Subsídio para elaboração de políticas municipal de atenção a criança e adolescente

em situação de rua e na rua da cidade de São Paulo”. Esse documento, ao término do meu mandato no CMDCA, em 2018, foi entregue à Prefeitura, em um ato na Câmara Municipal. Ele foi engavetado e esquecido.

Em 2021, com a pandemia e o aumento significativo da população de rua, quando a ordem era “fique em casa”; em qual casa, gente? Em 2021, tudo se agravou, e a principal ordem, “fique em casa”. Qual casa? A sede da Pastoral do Menor fica na Praça da Sé, de frente para o Marco Zero. A Pastoral do Menor não parou; continuou trabalhando. As ruas do Centro eram como se vivêssemos num período pós-guerra: famílias inteiras desabrigadas. Tínhamos de desviar para não pisar em corpos jogados nas ruas e desviar, também, de excremento humano, por toda a parte. O mau cheiro inalava fortemente. Seres humanos inalando mau cheiro fortemente.

Aumentou, com tudo isso, o índice de mortalidade e, diante dessa realidade, a Rede Diálogos Intersetoriais da região central chamou o Movimento da Infância para debate e futuros encaminhamentos. Após grandes reflexões, nós tínhamos duas opções: ou partíamos para uma ação internacional ou propúnhamos um projeto de lei. Foram essas duas opções. Confesso que fui voto vencido.

Pois bem. Dessa forma, o subsídio, até então engavetado, tornou-se documento base para elaboração do PL 253/2021, que dispõe sobre políticas públicas de atenção à criança em situação de rua na cidade de São Paulo, apresentando princípios, diretrizes e objetivos em absoluta consonância com a legislação, com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente e demais normativas nacionais e internacionais.

O PL se efetiva. Em 27/04/2021, ocorre a sua propositura de iniciativa suprapartidária, tendo como autora a então Vereadora Juliana Cardoso, hoje Deputada Federal, e os Vereadores Eduardo Suplicy, Luana Alves e Elaine do Quilombo, Toninho Vespoli e Carlos Bezerra. O Movimento vai tomando força e volume. Vale ressaltar que soltamos – na verdade, elaboramos – uma nota pública em apoio ao PL. Hoje, essa nota pública tem, aproximadamente, 30 mil apoiadores.

Também realizamos um seminário na PUC, no dia 23 de setembro, intitulado Criança de Rua Tem Pressa, que contou com a presença de juristas renomados, professores, Vereadores, representantes do Poder Público e do Cardeal também, desse seminário, destacando a importância de investir no futuro das crianças.

Das entidades e organizações que declararam apoio, quero destacar algumas. Acho que poderia pôr aquele *banner* que tem as logomarcas, por favor. Vou fazer uma leitura breve.

Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo; Fórum Regional do Direito da Criança e Adolescente da Sé; Rede Diálogos Intersetoriais; Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e Adolescente de Pinheiros; Foca de Pinheiros, que é o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente de São Mateus; Ibrasac – Instituto Brasileiro de Alianças Socioambiental Cultural; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo; Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo; Cress – Conselho Regional do Serviço Social de São Paulo; Pastoral da Sobriedade; Fundação Projeto Travessia; Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social; Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns da PUC de São Paulo; Neca – Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente; Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo; Cemir, Centro da Mulher Imigrante e Refugiada; Comusan – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade; Pastoral da Pessoa Deficiente da Arquidiocese de São Paulo; Sociedade Santos Mártires; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Fórum de Mulheres da Zona Oeste; Gritos dos Excluídos Continental; GT da História da Infância e Juventude de São Paulo; Cidade Escola Aprendiz; Criança Livre do Trabalho Infantil; Projeto A Cor da Rua da Escola Paulista de Enfermagem, OAB de São Paulo, dentre outras que não devo ter relacionado aqui.

Pois bem. Em 2022, após a aprovação do PL em primeira votação, foi realizada uma audiência pública nesta Casa, no dia 22 de junho, quando foi criado o grupo de trabalho composto por representantes da sociedade civil, do Movimento da infância e juventude e

representantes do Governo com a finalidade de analisar o substitutivo e realizar as adaptações necessárias.

Foram realizadas nove reuniões incansáveis, de junho a setembro, com a participação de representantes das Secretarias de Governo, de Direitos Humanos, de Assistência Social, de Saúde, de Educação e de Esportes, Lazer, Cultura, Trabalho e Renda, em que, democraticamente, chegamos ao documento que eu espero que seja apresentado hoje.

Pois bem. Quero concluir deixando um apelo ao Prefeito Ricardo Nunes – um homem de fé, que tem testemunhado isso –, lembrando de que na Bíblia... Sabe, Prefeito, espero que o senhor ouça: crianças e adolescentes são os prediletos de Deus. Na cidade de São Paulo, não deve ser diferente. Além de prediletos de Deus, eles devem ser prioridade absoluta. É o que esperamos do nosso Prefeito e também dos nossos legisladores, por nós eleitos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sueli.

Quero registrar a presença do Dr. Eduardo, Procurador do Tribunal de Justiça, que vai, em algum momento, fazer uma fala.

Agora, vou passar para o Fabricio, Secretário da Casa Civil, que já tinha se comprometido a estar aqui para a apresentação do projeto, mas eles vão dividir a Mesa. Seja muito bem-vindo e muito obrigada pela participação do Governo.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todas e a todos.

Obrigado, Vereadora Juliana Cardoso. Cumprimento os demais Vereadores, a Luana, o Suplicy; os Secretários, o Alexis, o Décio e todos os demais participantes da Mesa.

Como disse a última a falar, há a preocupação do Prefeito Ricardo Nunes com esse tema. Inclusive, foi criado um grupo de trabalho interno das Secretarias, conduzido pelo Alexis e pelo Décio, para que tivéssemos um substitutivo sobre esse importante tema relacionado a crianças e adolescentes em situação de rua. Essa é uma preocupação do Prefeito, que colocou a força tarefa dentro do Executivo, para que, junto dos Vereadores, da sociedade, das entidades envolvidas no tema, nós tivéssemos um texto efetivo para aprovação, para termos a deliberação

pelos Vereadores desta Casa.

Então, trago a palavra do Prefeito Ricardo Nunes de apoio a esse trabalho que está sendo feito, e acho que é sempre muito importante ressaltar: o Executivo e Legislativo atuando em conjunto da sociedade civil, das entidades, de todos os interessados, para que tenhamos a melhor política e mais efetiva política pública para que haja mudanças.

Passo a palavra para o Alexis, que conduziu todo esse trabalho, e agradeço, Vereadora, por esse trabalho em conjunto e pela disponibilização de todas as equipes dos Vereadores desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

A gente vai passar... Como não há cópia para todo mundo, há duas aqui, aí, não sei se... enfim; mas vai acompanhar, a gente vai passar e vamos falando texto por texto, não sei; ou você vai fazer um “resumão”? Da melhor forma que você achar.

O SR. ALEXIS GALLAS DE SOUZA VARGAS – Vai ser disponibilizada na tela?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vai. Vocês colocam...

O SR. ALEXIS GALLAS DE SOUZA VARGAS – Então, eu peço para mostrar e destacar só alguns pontos. O PL é longo.

O SR. ALEXIS GALLAS DE SOUZA VARGAS – Vou começar cumprimentando a Vereadora Juliana Cardoso, a Vereadora Luana Alves, o Vereador Suplicy, o Covereador Júlio do Quilombo Periférico e o Secretário Fabrício Cobra, que já nos relatou o que também os Vereadores já tinham relatado: que esse substitutivo do PL é fruto de uma construção coletiva entre Executivo e Legislativo. A proposta nasce no Legislativo; fizemos uma comissão com todas as Secretarias envolvidas com essa pauta – saúde, assistência, direitos humanos, educação – e construímos um projeto de lei substitutivo de consenso. Esse projeto de lei que está sendo apresentado agora tem todo o apoio de todas essas Secretarias e, pessoalmente, do Prefeito Ricardo Nunes.

Também, em especial, sobre a parte de Assistência Social, eu depois passarei a palavra para o Secretário Décio, que também cumprimento, neste momento, que vai falar sobre

o serviço da SMADS. Ressalto também que o Secretário Bezerra é Vereador desta Casa e, também, coautor desse projeto de lei. Então, o Décio está a representar o Vereador e coautor do projeto, e é Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura.

A Secretaria de Governo coordena, entre alguns programas, dois que quero destacar: um, o Programa de Primeira Infância, diretamente vinculado com essa temática, que tem metas específicas para as crianças em situação de rua no Plano Municipal da Primeira Infância – um Plano que foi elaborado, também, de forma participativa, com audiências públicas em todas as regiões da cidade e aprovado em resolução do CMDCA. A Sueli deve recordar-se de que, quando aprovamos isso no CMDCA, foi discutido lá e aprovado o Plano Municipal da Primeira Infância, um programa que integra também todas as Secretarias.

O outro é o Programa Reencontro, que é específico para a população em situação de rua, com ênfase grande da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, mas também que é um programa que integra as diversas outras Secretarias envolvidas na temática, como saúde, direitos humanos, Subprefeituras, licenciamento, habitação.

A gente tem, então, a tarefa de articular o trabalho das Secretarias quando é necessária uma solução mais complexa, um trabalho mais complexo, que envolve uma interlocução e uma coordenação entre todas elas. Portanto, já respondendo à demanda da Vereadora Juliana Cardoso, de participação da Secretaria de Governo no GT do CMDCA: pode contar com essa participação. O Governo estará lá, seja pela coordenação do Primeira Infância, seja pela coordenação do Programa Reencontro.

São temas que nos é muito caro. Ambos os temas são prioridade do Prefeito Ricardo Nunes, então, também já assegurando à Sueli que o Prefeito está totalmente alinhado com o pleito que ela faz. Criança é prioridade; criança em situação de rua, ainda mais. A situação de vulnerabilidade e de desigualdade das crianças em situação de rua está no centro das ações do Prefeito Ricardo Nunes e é por isso que a Secretaria do Governo está envolvida.

Quanto à questão orçamentária, a proposta que está no PL é de fazermos igual ao que fazemos com o orçamento da Primeira Infância e com o orçamento de Criança e

Adolescente: que a gente consiga marcar, em diversas dotações orçamentárias, o quanto daquilo é voltado para criança em situação de rua e, com isso, que haja um acompanhamento das diversas rubricas, das diversas Secretarias, de quanto se está destinando a essa política pública e quanto está sendo executado, tal qual a gente faz com a primeira infância e com criança e adolescente.

O Censo, já também destacado pelo Vereador Suplicy, apontou 3759 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. É importante destacar que, diferentemente do censo de adulto, o Censo de Criança e Adolescente pega toda criança que passa o dia na rua e tem uma casa para dormir à noite –diferentemente do adulto que, se tem um teto, não é contado como população de rua. A criança é. É uma metodologia diferente, a problemática é diferente, por isso é um outro Censo, por isso há uma lei própria para isso, por isso a gente tem uma dedicação específica para esse tema.

Dessas 3759 crianças, 10,7% efetivamente dormem na rua – estamos falando de 400 crianças, aproximadamente; 16,2% dormem em unidades de acolhimento – sejam SAICAs, que é o Serviço específico de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente, sejam Centros de Acolhimento para famílias, onde elas estão junto de suas famílias; mas 73% utilizam a rua como forma de sobrevivência, e aí está a grande questão, em que está a maioria das crianças e é o problema mais sério a que precisamos atentar.

Sobre o Censo, é importante destacar que no PL, estamos criando a obrigação de a Prefeitura de São Paulo fazer um censo a cada início de gestão. É também mais uma forma de a sociedade civil, a Câmara e todo mundo acompanhar como está evoluindo a política pública, em especial para os gestores públicos da Prefeitura, para terem sempre marcos temporais para reavaliar como está se comportando esse problema tão sério e tão grave da nossa cidade, que são as crianças e adolescentes em situação de rua.

O PL está na tela e eu quero destacar alguns pontos. É um projeto longo, tem 38 artigos, mas quero destacar apenas alguns pontos; por exemplo, o Art. 3º, Inciso I. O Art. 3º define os “princípios da Política Municipal de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes em

Situação de Rua”.

E o Inciso I começa ali: “a compreensão da criança e do adolescente em situação de rua e na rua como sujeitos de direitos”. Isso parece uma coisa óbvia, mas não é. Isso é uma inovação da Constituição de 1988, do ECA e, agora, a gente traz para ressaltar a responsabilidade do Poder Público em garantir os direitos das crianças e adolescentes em situação de rua.

E no Inciso III, desse mesmo Art. 3º, “o reconhecimento da rua como espaço de violação de direitos e de extremo risco, que exige a atuação integrada do Poder Público”. Então estamos, já no início do projeto, de forma bem clara, reconhecendo o papel do Poder Público e a rua sendo reconhecida como espaço de violação de direitos. Isso é muito relevante para que a gente direcione todas as políticas municipais tratadas no bojo dessa lei.

No Art. 5º, há um rol de objetivos. Quais são os objetivos dessa política municipal? Primeiro: “promover em todas as suas dimensões os direitos das crianças e adolescentes em situação de rua e na rua”.

“Garantir a atuação na prevenção e promoção dos direitos das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua”. E destaque, dentro do Programa Reencontro, as primeiras moradias diferenciadas que estamos fazendo – especificamente para a população de rua –, priorizando famílias com crianças na primeira infância.

“Enfrentar o trabalho infantil considerando a pluralidade das demandas das famílias das crianças e adolescentes”.

“Qualificar de forma continuada os agentes públicos e orientar o serviço para o desenvolvimento de metodologias de educação social de rua e outras abordagens de atendimento”.

“Viabilizar a gestão da informação voltada para a integração intersetorial das informações produzidas nos atendimentos”. Isso também pode parecer não importante, mas é muito importante. Quando a gente consegue integrar as informações dos atendimentos da saúde, da assistência e de direitos humanos, a gente consegue potencializar muito a ação

dessas Secretarias, que é exatamente por onde a gente está trabalhando na política da primeira infância.

“Produzir conhecimento e incentivar a realização de diálogos e pesquisas sobre a temática de crianças e adolescentes em situação de rua”. “Promover ações de prevenção do uso de álcool e de outras drogas, bem como fortalecer estratégias de cuidado junto às crianças e adolescentes que façam uso dessas substâncias”. Nesses tópicos, eu quis dar os princípios e os objetivos da política. Agora, eu vou só mostrar qual é a estrutura da lei.

Depois, ela descreve: “ações municipais para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes”, no Capítulo 2º. Dentro do Capítulo 2º, vai descrever as ações de cada área – então, na Seção I, “as políticas de assistência e desenvolvimento social”.

E quero destacar, no Art. 10º, Inciso VI, “garantia do protagonismo da criança e do adolescente na construção do Plano de Atendimento”. Este é um ponto inovador e relevante, e a gente tem de atentar para este tópico do Projeto de Lei, porque garante que a criança e o adolescente tenham voz como sujeitos de direitos na construção do seu plano de atendimento.

A Seção seguinte: “políticas de direitos humanos e cidadania”. A Seção seguinte, III, “política habitacional”. Seção IV, “políticas de saúde”. Seção V, “políticas educacionais”. Seção VI, “políticas de cultura, esportes e lazer”. Seção VII, “políticas de geração de emprego e renda”. Seção VIII, “violação de direitos”.

Com isso, esse Projeto de Lei tentou abarcar todas as situações, todas as políticas públicas que devem estar integradas para o atendimento da criança e do adolescente em situação de rua, reconhecendo-a como sujeito de direitos e a situação de extrema vulnerabilidade e de violação enquanto ela está na rua, enquanto ela precisa da rua para obter o seu sustento.

Acho que essa é a apresentação geral do projeto de lei. Os Vereadores o conhecem bem porque foi construído junto de suas equipes, construção de várias reuniões coletivas e diversas Secretarias municipais. Eu queria inclusive, como falei, o destaque sempre na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pela grande rede de serviços que tem.

Vou passar a palavra para o Secretário-Adjunto Décio Fernando de Matos, para que fale um pouco sobre a estrutura de que a Secretaria dispõe para crianças e adolescentes em situação de rua.

O SR. RINALDI DIGILIO – Pela ordem, Sra. Presidente. Quero registrar a presença do Vereador Rinaldi Digilio.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Okay, registrada a presença. Vereador, fique à vontade para usar a palavra. Agora, vamos passar a palavra ao Secretário-Adjunto, Décio Fernando de Matos, de Assistência Social.

O SR. DÉCIO FERNANDO DE MATOS – Obrigado, Vereadora Juliana. Quero saudar a Vereadora Luana, Vereador Eduardo Suplicy, Coveador Julio, aos nossos colegas da Prefeitura, as equipes técnicas, Secretário Alexis, Fabricio e toda sociedade civil envolvida na construção desse processo.

De fato, o nosso agora Deputado Estadual Suplicy e Vereador, desta Casa, citou, o Alexis também comentou, a questão da produção de informação, produção de dados que o Censo de Crianças e Adolescentes em situação de rua demonstrou, recentemente, com 3759 crianças em trajetória de risco social na cidade – parte delas já acolhida, na nossa rede socioassistencial e outra parte ainda pernoitando nas ruas.

Eu queria trazer dois adendos, em especial. A gente aguardou as informações do censo. Agora, a previsão da segunda quinzena de dezembro, a gente está trazendo as informações qualitativas das respostas que o censo vai nos apresentar. Essas informações vão subsidiar tanto a tomada de decisão das políticas públicas quanto à própria produção do Legislativo.

O Secretário Alexis também comentou. Eu estava na Câmara durante a produção do PL, inclusive, enquanto o Vereador Carlos Bezerra foi um dos coautores. A gente acompanhou a tramitação legislativa do processo. Quero fazer dois adendos em especial, que são, na verdade, a nossa programação de ampliação de rede de atendimento, com foco em crianças e adolescentes, que hoje traz alguns pontos importantes, especialmente para as crianças que têm

a sua família na rua, a ampliação das unidades de centro de acolhida especial.

Ainda neste ano, pretendemos – tanto hotéis quanto equipamentos hoje cedidos pela Administração Estadual, que são algumas Fundações CASA, que nós passamos por um processo de reordenamento e reorganização daquelas estruturas prediais – transformá-los em equipamentos humanizados de acolhimento. A gente tem previsão de inauguração de mais quatro unidades, neste ano, e ampliação de diversas outras vagas em centros de acolhidas específicos e com foco na família.

Também, como citado, o Programa Reencontro, que entregará as suas primeiras unidades em vila de atendimento, no aspecto de atendimento mais humanizado, ainda previstos dois desses espaços para dezembro deste ano, mas que, apenas, na Vila Reencontro a gente está lidando hoje com a perspectiva de 350 famílias atendidas nesse processo.

Nós tivemos, recentemente, a retomada de um serviço especializado de abordagem social, na região da Sé, com foco em criança e adolescente. Essa é uma demanda histórica e muito positiva, como o Covereador Júlio trouxe a informação, sobre a necessidade de um atendimento especializado de uma requalificação que será discutida também, inclusive, com o Conselho, com a participação dos movimentos do próprio serviço em funcionamento. Hoje, ele já está atuando no território central. A gente pretende ampliar esses espaços, a partir dos dados do censo, para mais três territórios na cidade.

A gente está identificando no censo também os processos de trânsito das crianças em relação às áreas, hoje de domicílio e de permanência durante os dias. Essa é uma informação muito importante para a construção da política.

Principalmente, também, a ampliação dos serviços de convivência para criança e adolescente, que a gente também pretende, a partir dos resultados territoriais do censo, instituir esses núcleos, esses espaços na região central.

A gente tem alguns imóveis já em vistoria. Há um processo em abertura para um núcleo dentro da rede parcerizada da SMADS, além da extraordinariedade do processo recentemente inaugurado pelo Fumcad, a gente está buscando esse serviço dentro desse ponto

e ele terá uma integração total com a rede de assistência, com a rede socioassistencial, vinculado com as equipes de SEAS e a esses atendimentos para que a gente possa entregar e integrar melhor atendimento para as crianças que hoje se encontram nessas situações e com as novas trajetórias de risco.

O primeiro núcleo a gente está finalizando a parte de locação do espaço físico, na região central. A gente pretende casar com essas modificações dos serviços de abordagens para a gente poder apresentar essa solução de maneira integrada. Eu sei que essa é uma demanda histórica e pontuada no projeto de lei como uma necessidade de a gente retomar esse serviço.

Para finalizar, também no sentido de trabalho infantil, a Secretaria recentemente apresentou, vinculado ao PETI, a questão do Programa Cidade Protetora. Estamos trabalhando em conjunto da iniciativa privada, para mitigar essas áreas de risco no campo do trabalho infantil.

Eu queria deixar a sugestão para quem não conhece o Programa de buscar essas informações para que a gente possa compartilhar e, de maneira mais sinérgica, holística, integrar os serviços da rede socioassistencial da cidade para diminuir a exposição dessas crianças, hoje, que, como já foi citado diversas vezes, é urgente e prioritário. A gente tem a compreensão da urgência dessa situação.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É um substitutivo que chegou agora, agorinha. Então já há um grupo de trabalho, já foi colocado lá. Se as pessoas quiserem ter acesso, tem aqui uma cópia ou, se vocês preferirem, a gente manda no “zap”, que fica mais fácil. Falem com o Fabio, que a gente já organiza.

Eu queria, em especial, Secretários, agradecer ao Douglas Carneiro, que é Coordenador da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos, e à Mariana Brito, que é a Coordenadora do Núcleo da Primeira Infância, porque eles também tiveram, junto de vocês, ativamente no processo.

Temos uma lista virtual de 12 pessoas e quatro pessoas presentes. É isso? Roberta – querida, desculpe –, da Rede de Diálogos, está presente para falar do substitutivo. Tem a

palavra.

A SRA. ROBERTA MACHADO TASSELLI – Muito obrigada, Vereadora. Bom dia a todos, todas e todes.

Sou a Roberta, trabalho na Associação Cidade Escola Aprendiz, e represento a Associação na Rede Diálogos Intersetoriais da Região Central de São Paulo. Foi por meio dela que a gente chegou ao movimento do PL.

Queria saudar os Vereadores e Vereadoras signatários, Luana Alves, Elaine do Quilombo Periférico, os Deputados Eduardo Suplicy e Juliana Cardoso, Secretário Carlos Bezerra. Saúdo também o Coveador Júlio César de Andrade e os assessores, Professor Fabio Rodrigues, Júlia Lima e Roberta Sato, que estiveram com a gente incansavelmente nesse processo. Eu saúdo todos os colegas da Mesa que ainda não citei, a Conselheira Neia, o Secretário Alexis Vargas, Fabrício Cobra, Décio de Matos. Saúdo muito os representantes da sociedade civil, nas pessoas da Miriam Tronnollone, Tânia Lima, Darlene, Sueli Camargo, Jorge Artur, Mauricélia Martins, Carlos Churras e os Conselheiros e Conselheiras Tutelares Milton Ferreira, Fernanda Abreu e Danilo Martinelli, tantos outros que se dedicam há anos para ver expresso, em lei, um texto de lei de política dedicada às crianças e adolescentes em situação de rua. Saúdo as quase quatro mil crianças e adolescentes que estão em situação de rua na cidade, hoje aguardando uma política própria dedicada a elas, e também aquelas que faleceram sem poder esperar mais. É por todas elas, eles e elas que precisamos aprovar esse texto com a máxima urgência.

É preciso dizer que, ao longo dessa etapa, das nove reuniões, a gente pôde ver um exercício inspirador de democracia que pouco tem se visto neste país, nos últimos quatro anos, especialmente no âmbito federal.

O processo teve a coordenação do Douglas Carneiro e foi muito respeitoso, teve eco na grande maioria dos participantes, na grande maioria das vezes.

O substitutivo, fruto desse processo, parte da premissa de uma ação intersetorial para dar conta de um fenômeno social, como já bem destacado pelo Coveador Júlio, fenômeno

étnico racial dessa complexidade, não pode ser de outra forma; tem de ser intersetorial.

Ainda assim, fruto de um processo respeitoso, houve cinco pontos trazidos pela sociedade civil que acabaram não sendo objeto de consenso, por isso não foram incluídos no texto.

A Vereadora Juliana já apresentou, mas eu vou retomá-los rapidamente dada a sua importância. Ressalto a urgência da votação e aprovação desse PL, para inclusão no orçamento do ano que vem. Mais do que nunca, criança de rua tem pressa e a gente está bastante atrasado.

Vou pedir para o Gustavo colocar, por favor, no telão, para que o pessoal possa acompanhar. (Pausa)

- O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. ROBERTA MACHADO TASSELLI – Obrigada.

Os cinco pontos são: o primeiro, é a participação da Secretaria Municipal de Governo, na instância responsável pela implementação da política municipal, para que possa implementar e compor uma instância temporária, juntamente do CMDCA e outras organizações da sociedade civil, a fim de garantir a implementação da política de forma intersetorial, assim como já ocorre na política municipal da primeira infância. A Secretaria de Governo, com a sua função e com a autoridade que exerce, é capaz de efetivar a participação de todas as Secretarias convocadas pela política, por isso a sua participação nessa instância se faz essencial.

O segundo ponto é a relação do Poder Público Municipal com a área da Segurança Pública. Apesar de a gente saber que o Poder Municipal não tem ingerência sobre parte desse setor, é importante que haja um movimento do Poder Municipal no sentido de aprimorar os conhecimentos e os procedimentos de atendimento na área de Segurança Pública, uma vez que é sabido que esse setor atua diária e diretamente com as crianças e adolescentes em situação de rua e, por muitas vezes, de forma inadequada.

O terceiro ponto – acabo de saber que consta no substitutivo, mas vou reforçar a sua

importância – é a criação de uma bolsa convivência para crianças e adolescentes em situação de rua.

A maioria dos adolescentes em situação de rua estão em trabalho infantil, como o censo apontou recentemente, por isso a nossa solicitação visa disponibilizar um subsídio financeiro aos adolescentes, por tempo delimitado, chamado de bolsa convivência, para facilitar o processo de retorno às famílias ou à comunidade de origem.

O quarto ponto é a criação de uma rubrica específica do orçamento no atendimento previsto nessa política. Seria muito importante a gente garantir que as Secretarias municipais criassem uma rubrica específica nos seus orçamentos para garantir recursos diretos e exclusivos para essa política.

Por fim, o último ponto é o atendimento em horário integral, e a gente defende o atendimento em horário integral das políticas de atendimento que constam nesse PL. O que nos foi trazido é que esse tipo de informação deve constar em outros instrumentos legais, mas a gente entende como importante que, se eles fossem assegurados em lei, estariam mais seguros.

Encerro, então, com o compromisso de seguirmos adiante na regulamentação e na implementação dessa lei, faz tempo, mas a gente só está começando.

A criança de rua tem pressa e elas são prioridade absoluta. Assim devem ser tratadas.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Roberta. Tem a palavra a Sra. Fabiana, do Comas.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Boa tarde a todos e todas.

Desculpem, estou numa outra reunião (Falha na transmissão), mas me sinto contemplada pelas palavras (Falha na transmissão) acerca desse PL. a luta que foi e continuará. Participei ativamente dessa construção, participamos do censo Pop Rua, de criança e adolescente em situação de rua e na rua. Já visando até mesmo, de uma certa forma, além do diagnóstico que nos foi dado, uma pretensão para entender os motivos que levam (Falha na

transmissão).

Fizemos alguns diagnósticos absurdos, que não foi somente pela pandemia, mas por maus tratos, por abusos sexuais, por ação por essas crianças e adolescentes sofridas, fazendo com que possamos construir editais temáticos mais eficazes, assim como foi com o Sefras, proporcionando o bem-estar dessas crianças.

Como foi dito – não somente pela Sueli, mas por outros companheiros também –, as crianças e adolescentes que estão na rua têm pressa e precisam muito, muito mesmo. O PL vem para salvar (Falha na transmissão) e esse é o nosso intuito.

Agradeço muito a participação de todos aqueles (Falha na transmissão) incansáveis, foram debates e embates, ditos pela Sueli (Falha na transmissão), mas que possamos aprovar com muita brevidade esse PL.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Fabiana. Ainda estão compondo a Mesa o Sr. Ezequias Gonçalves da Silva, do CMDCA? (Pausa). Então, tem a palavra a Sra. Neia Arantes, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares.

Enquanto a Neia está se organizando, na lista das nossas inscrições, já fiquem atentos: a Sra. Lígia Mafei Guidi, Coordenadora do Grupo Infância e Juventude, da Defensoria Pública; o Dr. Bruno Santana Rodrigues, da Fundação Projeto Travessia; além do Dr. Eduardo Dias de Souza, que também já tinha pedido a palavra.

A SRA. RUDNEIA ALVES ARANTES – Bom dia.

Primeiro cumprimento a Mesa, na pessoa da Vereadora Juliana, agora Deputada Federal. Eu cumprimento todos que estão presentes, os meus colegas Conselheiros Tutelares e a sociedade civil.

Bem. Quando a gente está numa Mesa como esta, quero agradecer à Renata, que foi a única que lembrou de que o Conselho Tutelar fez parte dessa discussão. Foram nove reuniões ou mais que nós participamos – eu, inclusive, participei. É por isso que hoje, eu estou representando os Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, por conta de que eu participei dessas discussões – todas, praticamente, não deixei. A Fernanda também esteve conosco.

Então é bom deixar registrado que nós estivemos em todas as reuniões, inclusive, com apontamentos e posicionamentos. Não estou falando que somos contrários à lei; é o oposto, nós somos a favor, mas de uma lei que, de fato, atenda à necessidade da cidade de São Paulo, uma cidade como esta, com mais de 12 milhões de habitantes, com toda sua complexidade. Quem está lá na ponta, como os Conselhos Tutelares, é que sabem.

Muitos esqueceram da gente. Só quem lembra de nós mesmo são os juízes, promotores e delegados. Esses lembram, porque somos nós que ficamos por 24 horas atendendo aquele que não tem o serviço da assistência, Sr. Secretário – serviços esses que estão sucateados. Não estou falando na questão pejorativa, mas precisam ser reordenados, precisam ser criados CREAS nesta cidade. É impossível numa região que atende mais de 500 mil habitantes só ter um CREAS para atender dois Conselhos Tutelares. O CREAS é o serviço da proteção social especial, onde tem PAEFI. Esse é o serviço onde o SEAS está tipificado. Se não tem esses serviços, como é que você vai ter uma lei? Ela vai dar conta desse atendimento? Acredito que não.

Vamos parar de improvisar o atendimento de criança e adolescente na cidade de São Paulo, por favor. Esse atendimento tem de ser 24 horas, sete dias por semana, sábado, domingo e feriado, 365 dias por ano. Não dá mais para permitir que criança e adolescente às vezes sejam atendidos no improviso de um Conselho Tutelar que não tem capacidade técnica.

E aí, a gente vai e fere todos os... o Secretário apontou a questão dos princípios e ele fere-se o Capítulo V, se não me falha a memória, de todas aquelas questões: atendimento integral, intersetorial, humano, efetivo, com eficiência, para tratar dessa questão. Então, não há como vocês quererem aprovar uma lei que não tenha serviço nas 24 horas, porque essa é a demanda da cidade de São Paulo. Não é outra, não.

Para finalizar, acho que há uma questão bem séria, também, que eu acho que vocês não se atentaram, nas discussões, o que muito nos indignou, Srs. Secretários que estão presentes – e eu acho que poderíamos ver como é que fica isso, porque não fizeram isto. Tiveram resistência em chamar a segurança pública para discutir conosco. Quem vocês acham que fica,

nas 24 horas, à noite, atendendo criança? Muitas vezes, não há serviço para buscá-la e ela acaba indo para onde? Para a delegacia. (Palmas) É à delegacia que ela vai. Aí, tivemos resistência desse Governo, de integrantes desse Governo, de trazer a segurança pública para discussão. Não foi uma vez só que eu apontei, não.

É mais uma vergonha para esse Governo por não ter regulamentado a Lei 13.431, de 2017. Essa lei dá bem conta de muitos serviços, apontando que precisam ser sete dias por semana, todos os dias. Então, tem de se regulamentar a Lei 13.431, de 2017. É como eu falei: nós não somos contrários às leis, mas vocês precisam saber que há leis aí para dar conta da demanda que tem uma cidade como São Paulo – um país, na verdade.

Outra coisa: tivemos a nossa Lei 17.827, de 2022, aprovada nesta Casa e sancionada em 7 de julho pelo Prefeito. Agora, ela está na fase de se regulamentar por decreto. Sabem qual é o ponto crucial? Adivinhem. Não querem prever serviço e atender nas 24 horas, querendo colocar mais uma vez Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo para fazer as vezes da assistência, da saúde, da educação, da segurança pública. (Palmas)

Eu acho que precisamos parar e pensar em qual é, de verdade, a política que queremos para a criança e para o adolescente. Quem está falando, aqui, não é aventureira. Não é. É uma pessoa que está há muito tempo lutando pela infância e apontando isto, a falta de política pública para atender, de verdade, as crianças e adolescentes na nossa cidade. Então, que esse Governo assuma o compromisso, de fato, verdadeiro e eficaz, com a infância. Senão, tem de responder por improbidade administrativa.

Desculpem-me, mas este é o nosso papel, porque o papel do Conselho Tutelar é fiscalizar os serviços que não há – e não é para estar lá, executando o serviço que não há na cidade de São Paulo.

Este é o registro que trago, hoje, para nós. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sra. Neia.

Agora, eu quero chamar o Dr. Eduardo Dias, nosso Procurador de Justiça, que está presente virtualmente.

O SR. EDUARDO DIAS DE SOUZA FERREIRA – Primeiramente, quero parabenizar o esforço de todas, de todos e de todes, por este momento de hoje, nesta Casa de Leis, que é o local realmente adequado para esse debate.

Menciono tudo que já foi dito pela Sueli, pelos Secretários e pela própria Vereadora Juliana Cardoso, mas especialmente as falas da Sueli e da Roberta, que eu acho que a fala da Neia sintetiza bem. Acho que a fala dela, carregada de bastante emoção, é de uma pessoa que respondeu com nome próprio, RG e CPF, por algumas ações – inclusive penais –, em razão dessa confusão na infraestrutura do atendimento da criança e do adolescente, em especial, na cidade de São Paulo, independentemente do Governo que esteja na gestão.

Em parte, essa confusão toda decorre de uma lacuna estrutural do próprio ECA, que é pouco estudada. Na segunda-feira, debatemos isso com o Subgrupo de Direitos Humanos de transição do Governo Federal, que é a redação do Art. 86 do ECA não ter contemplado, como fez nos Art. 7º e 8º, quando fala do atendimento, do direito fundamental à saúde, o direito à assistência como um direito fundamental dentro da ideia da seguridade social, a tríade “saúde, assistência e previdência”, e, no campo da assistência, não ter definido de uma vez por todas que o atendimento na área da assistência deve ser feito pelo Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. Isso deveria estar expresso, mas está implícito nos Art. 90 e 91 e diluído no 86, inciso II. Então, isso precisaria estar expresso por Lei Federal. Aí, vemos uma profusão de ajustes de sistemas locais, que fogem, muitas vezes, do Sistema Único de Assistência Social, da NOB/SUAS.

Em São Paulo, por ser uma cidade-país, uma cidade de 12 milhões de habitantes, esse impacto todo dá um ponto de mutação. Eu não diria que o Conselho Tutelar participou só dessas nove reuniões, mas também participou de todo o processo, desde aquela Comissão, desde essa audiência a que a Sueli fez referência, lá, em 2016, no prédio da Defensoria Pública, e de todos os debates. A Fernanda participou de muitas reuniões, inclusive, reuniões específicas da questão da Sé, que é um emblema dessa falta de acolhimento. A grande marca de direitos humanos é o acolhimento, como diz o Prof. José Gregório.

Cito, também, nossa participação, como pesquisadores do Núcleo de Pesquisa da USP, da PUC e da Faculdade de Direito. Uma estudante, inclusive, sistematizou o trabalho no primeiro momento. Foi objeto dela, do TCC. Acompanhou, aí, a Sueli. Acompanhamos bastante a primeira reunião, inclusive, com a Prof. Aldaíza, também, no gabinete do Secretário de Governo – à época, o Tripoli, se não me engano. Então, é uma alegria ver essa construção, que, como também lembrou a Roberta, tem sido tão rara nesses últimos quatro anos, nesse triste quadrante da história da nossa República, que, graças a Deus, ao esforço dos homens e do Nordeste, está sendo superado.

O PL é muito importante, mas é fundamental que fique cravado nele, como já disse a Roberta, a questão da rubrica orçamentária e a questão do funcionamento em 24 horas de serviço. Não vou entrar em debate sobre a segurança pública. Acho que ela deveria e deve, sim, participar, como participa da regulamentação da Lei 13.431, a Lei do Depoimento Sem Dano, de todo fluxo que foi feito, com tribunal, Ministério Público e segurança pública. Como lembrou a Neia, isso acaba sobrando, sim, nas delegacias, e, muitas vezes, acaba sobrando, nos Conselhos Tutelares.

Citarei, por exemplo, o da Sé, o da Vila Prudente e outros tantos, em que adolescentes acabaram passando a noite. Inquéritos civis foram feitos e eu mesmo fiz diligências, às oito e pouco da manhã, ali, onde funciona, no Ibirapuera, embaixo do prédio, no térreo do mesmo prédio em que, no topo, funciona a sala do UNICEF e funcionava o setor de formação da assistência social de São Paulo. Era o serviço em que ficavam adolescentes. Pegamos, lá, adolescentes dormindo, enrolados com um pedaço de forração de carpete, que servia ao mesmo tempo de colchão e de cobertor, o que já era um avanço, porque antes eles estavam dormindo na Kombi do SEAS, mesmo, à porta do CREAS da Sé, perto do Bom Retiro, já.

Então, esse PL é um avanço emblemático, eu diria, no ordenamento jurídico brasileiro. A partir do momento em que é aprovado e entra como uma lei municipal em uma cidade da relevância e do porte de São Paulo, ele passa a fazer parte do ordenamento jurídico

nacional, como uma referência, como um farol, assim como foi uma referência a Lei 11.193, de 1991, que foi copiada em tantos locais e cidades, como referência da legislação de infância que regulamenta o CMDCA e Conselhos Tutelares – e que passou por revisão grande. Somente agora, em julho deste ano, como disse a Neia, houve a 17.817, pendente de regulamentação.

Aproveitando a fala do Secretário de Governo, menciono que temos críticas à própria legislação nacional de primeira infância, que é uma lei muito importante no que acrescentou de direitos à saúde. Nosso trabalho, de 1999 a 2000, no Ministério, foi sobre o direito à saúde da infância na América Latina, comparando Espanha e Portugal, todas as regiões da Espanha e toda a América Latina – um trabalho de 800 laudas, quase –, apontando tudo o que, depois de anos, foi contemplado nessas alterações.

Porém, há um desvio grave, que é um subsistema que foi criado com os visitantes e com essa questão da concentração da política de primeira infância. Apesar de ter sido aprovado o Plano pela Primeira Infância no CMDCA, isso gera uma dicotomia e essa dicotomia é muito grave. Ela esconde, por exemplo, que o Art. 5º da lei de 1991 dizia que o *locus* político-administrativo do Conselho dos Direitos da Criança, como órgão responsável pela aplicação para a pessoa, desde antes do nascimento, como diz o Art. 8º, protegendo a gestante, independentemente se é adolescente ou não, até os 18 anos, que é o CMDCA, deveria estar vinculado ao gabinete do Prefeito, diretamente, e não vinculado a qualquer outra Secretaria. Há muitos anos, o CMDCA está vinculado a Secretarias – outrora de Participação e Parceria e hoje de Direitos Humanos. Assim também é o Conselho Tutelar. Isso é um prejuízo muito grande para a gestão da política de infância e juventude na cidade de São Paulo.

Quanto a este projeto de lei, confesso que o resultado final recebi e conferi agora. É o mesmo que eu recebi da Sueli, dias atrás. Não tive condição de participar de todas as outras reuniões. Sempre recebia avisos, mas acho que são fundamentais alguns tópicos: que o local de debate é o plenário da Câmara; o funcionamento, 24 horas, dos serviços de assistência; vinculação da Secretaria Municipal de Segurança Pública; e a questão orçamentária, dotação orçamentária para todas as Secretarias, para que possamos definir qual é o órgão

georreferenciado, para onde, no território da cidade de São Paulo, deve ser encaminhada uma criança ou um adolescente em situação de rua ou na rua.

Não dá para um Conselho Tutelar em uma cidade do perfil de São Paulo, esta cidade-país, ser usado como um órgão de execução. (Palmas) O Conselho Tutelar existe para garantir que o trabalho que deve ser feito seja feito, em especial na cidade de São Paulo, em que, desde as Emendas Constitucionais Federais 19 e 20, da reorganização do serviço público brasileiro, a opção de São Paulo foi terceirizar os seus serviços de assistência. Então, não temos nenhum serviço prestado na área da infância e juventude diretamente pelo Poder Público, nem como uma escola de formação dos próprios servidores. É urgente a readequação dos cargos do CRAS e do CREAS, porque, sem CRAS e CREAS funcionando, não há política que dê conta. Não há como fiscalizar com adequação esses serviços todos que serão terceirizados.

Por isso, a ideia originária era começar na Sé, com endereço e CPF certo, mas o projeto cresceu e, como diz a Roberta, foi um avanço grande, democrático e que evoluiu. Sair do nada para o que nós temos hoje já é um grande avanço, mas não podemos esquecer esse passado, de 32 anos. Na semana passada, a legislação básica de São Paulo completou aniversário. Ela é de 22/11/1991. Oxalá terminemos, neste fatídico ano de 2022, esse período pandêmico e de sindemia, como diz a Prof. Aldaíza, com galhardia e com legislação desse porte.

Que não aconteça o atropelo que foi a legislação que deu benefício para a criança órfã de mãe vítima de feminicídio. É saudável que o tenha feito, mas todas as críticas feitas e todas as audiências públicas lamentavelmente foram ignoradas. Hoje, em conjunto de outros professores, com trabalho feito pela Prof. Aldaíza, estamos ajudando a minutar uma representação de inconstitucionalidade, porque a lei separou e segregou o adolescente que possa ter cometido ato infracional e também o adolescente ou a criança que já receba benefício e porque não considera o local da morte da mãe, o domicílio da família, e sim que a criança mude. Se morar no Jaçanã ou perto do Butantã, da Politécnica, você cruza a fronteira de Guarulhos ou de Osasco, sem nem perceber. Você pode morar em São Paulo e comprar pão, fazer compras em Guarulhos ou em Osasco.

Isso é bastante grave, no período em que é válido. Essa lei é importante e, a partir dessa lei, devemos definir no âmbito estadual e no órgão de Secretarias Metropolitanas a questão do traslado de crianças de outras cidades, de outros estados, que estão em São Paulo, com passagem de fundo a fundo, para financiar isso e resolver esse problema.

Muito obrigado por tudo e desculpem pela demora. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Galera, vou acelerar. Senão, não vamos conseguir ouvir todo mundo. O nosso combinado, na Mesa, é até as 14h30 e ainda vamos ouvir novamente o Governo. Está bem?

Então, a próxima inscrita é a Sra. Ligia Mafei, que já está perto de nós. Muito bem. Consegue falar por três minutos? Está bem. Em seguida, já peço para o Sr. Bruno Santana Rodrigues ficar pertinho.

A SRA. LIGIA MAFEI GUIDI – Boa tarde a todos, a todas e a todes.

Eu sou a Ligia. Eu sou Defensora Pública de carreira. Atualmente, estou na coordenação do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cumprimento a Mesa na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso.

Eu me sinto bastante contemplada por algumas falas que me antecederam. Prometo ser breve, retomando alguns pontos. Agradeço à Sueli por retomar o histórico desse projeto.

Então, esse projeto surge diante da constatação da necessidade de equipamentos específicos e especializados para o atendimento de crianças e adolescentes. Inclusive, como dito pela Sueli, esse processo todo chegou a ouvir, por meio das audiências lúdicas, os próprios interessados, que deverão ser sujeitos desse projeto de lei.

Sob meu ponto de vista, não se deve perder de vista que o cerne desse projeto é isto: esse acolhimento, essa criação de equipamentos específicos. Lendo, agora, com um rápido passar de olhos, o substitutivo apresentado, eu vejo com certa preocupação a ausência de alguns parâmetros mínimos para a caracterização desses equipamentos.

No Art. 9º, dispõe-se que é assegurado às crianças e adolescentes em situação de rua e na rua o direito à convivência familiar e comunitária, cabendo ao Poder Público ofertar

serviços, programas, projetos, enfim. No meu ponto de vista, deveria estar expresso que esses serviços deveriam ser especializados para esse público. Do mesmo modo, no *caput* do Art. 10, diz-se que deverá ser realizado de maneira personalizada e específica. Antes de “personalizada e específica”, caberia “especializada” – e, também, no §3º desse mesmo Art.10 do substitutivo apresentado.

Ainda que, de fato, não seja a técnica legislativa mais adequada dizer como constariam, no original, por exemplo, os locais em que serão abertos os equipamentos, cabe, sim, ao Poder Legislativo definir parâmetros mínimos para esses serviços a serem ofertados, sob pena de esvaziamento do projeto. Há necessidade, então, clara, por exemplo, de se colocar que deve ser ofertado o serviço nas 24 horas.

A Constituição e o ECA estão aí há mais de 30 anos, como disse o Secretário Alexis, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e não mais como miniadultos a serem tutelados. Os equipamentos existentes para os adultos não podem ser utilizados de nenhuma maneira para acolher as necessidades de crianças e adolescentes. Políticas específicas se mostram imprescindíveis. Do mesmo modo, os atuais serviços de acolhimento existentes também não são adequados para acolher crianças e adolescentes em situação de rua.

É claro que, depois da efetiva convivência familiar, esse seria o melhor caminho. No entanto, se for colocado como único caminho, estaremos ignorando a realidade e a subjetividade vividas pelas crianças e adolescentes em situação de rua, que têm dificuldade de adesão a esses serviços e acabam retornando à rua. Um equipamento intermediário, como dito pela Vereadora Luana Alves, de porta aberta nas 24 horas, seria imprescindível.

Ressalto que o próprio Conanda e o CNAS editaram a Resolução Conjunta nº 1, de 15 de dezembro de 2016, na qual se reconhece que crianças e adolescentes em situação de rua acompanham um público que requer serviços que adotem estratégias diferenciadas de atendimento. Dito isso e levando-se em conta os preceitos de prioridade absoluta previstos na Constituição, faz-se necessário que sejam positivadas, nesse projeto de lei, as diretrizes mínimas

para serviços públicos específicos e especializados com dotação orçamentária específica ao atendimento integral de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Com a palavra o Sr. Bruno Santana.

O SR. BRUNO SANTANA – Olá a todos, todas e todes, tudo bem?

Gostaria de agradecer o espaço de fala e reiterar o que vários participantes já trouxeram.

Eu trabalho como educador social pela Fundação Projeto Travessia e nós entendemos ser de extrema importância que o serviço seja de 24 horas, visto que muitas vezes as madrugadas e a noite são momentos bem importantes no que diz respeito à sobrevivência dos adolescentes e crianças em situação de rua.

A minha fala vem na intenção de reforçar e reiterar essa necessidade e a palavra essa: é necessário que esse serviço tenha essa capacidade de atendê-los 24 horas. É uma fala que veio de vários participantes. Acredito ser de extrema importância.

É isso pessoal. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Com a palavra a Sra. Athene Maria de Marco, da Secretaria Municipal de Saúde. Está aqui? (Pausa)

A SRA. ATHENE MARIA DE MARCO – Sra. Presidente, eu não estou inscrita para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ah, a senhora estava inscrita para falar; só está acompanhando, então, para registrar presença. Okay. É responsável pela saúde da criança e adolescente, da Secretaria Municipal de Saúde.

Sra. Paula Graciele Rodrigues, Coordenadora do Sefras. (Pausa) está presente, mas também não pediu a palavra; Sra. Miriam Tronnolone, da rede Diálogos Intersetoriais da Região Central e do Fórum da Criança e Adolescente da região de Pinheiros.

A SRA. MIRIAM TRONNOLONE – Bom dia, muito obrigada. Meu nome é Miriam

Tronolone, faço parte da rede Diálogos Intersetoriais da Região Central e do Fórum da Criança e Adolescente da região de Pinheiros.

Primeiro, quero agradecer a recuperação histórica de que foi feito aqui, hoje. Estou acompanhando esse projeto, principalmente a partir de 2020, que a rede da região central teve um papel importante de recuperar essa produção que começou desde 2013, do grupo de trabalho de 2016. Hoje, a gente teve a dimensão de como esse processo é longo, participativo, democrático e como foi um processo de construção e de luta para se chegar onde se chegou agora.

Eu queria reforçar: eu acho que os pontos que não foram possíveis de entrar, inicialmente, no projeto substitutivo, são importantes de serem recuperados. Eu acho que é um ponto fundamental para que haja, de fato, uma execução e uma implantação do projeto a partir de ofertas de serviços públicos, o compromisso da participação da Secretaria do Governo. É um projeto de lei intersetorial; é um projeto de lei que precisa de uma articulação e de uma coordenação.

Eu ouvi dos secretários presentes que existe esse compromisso, mas eu queria só fazer uma fala de que isso fosse colocado no Art. 7, que fala do CMDCA criar instância temporária, que isso fosse criado em conjunto da Secretaria do Governo, porque acho que houve um compromisso verbal, mas que a gente coloque isso na lei. Não é fácil desenvolver uma política intersetorial. Em toda rede pública, em todas as instâncias de Governo, a nossa tendência é fragmentar e a gente sabe, para uma questão tão complexa e tão grave, que precisa de uma coordenação efetiva de um órgão que esteja em uma posição destacada, como a Secretaria de Governo, para articular, coordenar e colocar em prática esse processo.

Então, sem prejuízo dos outros itens, como a questão da segurança pública, porque eu acho que, de fato, muitas vezes a Segurança Pública e o Conselho Tutelar que atuam em horários que não temos os serviços existentes. Então, acho que esses itens também são importantes a serem contemplados, mas a participação da Secretaria de Governo nessa instância de implantação é constar na lei, fazer uma nova redação em parceria com o CMDCA.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Com a palavra, o Sr. Robson Nascimento Ribeiro, do Sefras. Advogado. (Pausa) está ausente; Sra. Luciana, da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB. (Pausa). Está *on-line*. Com a palavra, Luciana.

A SRA. LUCIANA – Muito obrigada. Boa tarde a todos e todas as pessoas presentes nessa audiência.

Eu vou falar muito brevemente, porque eu já me sinto contemplada pelas falas anteriores. Eu falo em nome da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e se possível, gostaríamos até de anexar, a essa audiência, uma manifestação, uma nota pública que nós divulgamos até na semana passada, em apoio ao PL.

Eu reitero, em linhas gerais, a importância do Art. 6º, que fala da política setorial e intersetorial diante da complexidade dessa situação, da criança em situação de rua, que está alinhada ao Decreto Federal 7053, que institui a política nacional da população em situação de rua – e esse PL vem para complementar. Reitero as falas e as palavras de Neia, que trata da importância desse diálogo com a segurança também e a importância desse PL, essa lei vir complementar outras legislações que já estão alinhadas aos princípios da proteção integral do interesse da criança e do adolescente.

Faço voz aqui, também, junto ao Eduardo Dias, que fala a importância de termos um orçamento para afetividade e a concretização dos direitos que estão previstos nesse PL; o que o Suplicy também disse, da importância desse decreto regulamentador, de o Governo observar o prazo de 120 dias que está previsto no PL; e, ao final, que esse PL venha com combate a toda forma de discriminação à criança e à sua família. Que a situação de rua não seja um motivo para discriminação e maiores violações, mas que seja, então, o motivo de proteção integral à criança, à sua família e a preservação do convívio familiar.

Muito obrigada. Era com isso que eu gostaria de contribuir para a audiência de hoje.

(Palmas)

A SRA PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Luciana. Com a palavra a Sra. Márcia Fonseca Simões, do CAE, Presidência.

A SRA. MARCIA FONSECA SIMÕES – Boa tarde a todos e todas. Saúdo a Vereadora Juliana Cardoso e a todas as Sras. e Srs. Vereadores presentes, os Secretários e os demais participantes.

Gostaria só de manifestar a nossa esperança, a esperança de Paulo Freire – que não é do verbo esperar, mas esperar na ativa –, com esse PL, porque nós, que trabalhamos com crianças que muitas vezes não têm o que comer, sabemos da importância desse acolhimento. Eu represento o Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo, mas também sou educadora da rede e dirigente do Sinesp, dos Gestores e Diretores da Rede Municipal.

Então, eu gostaria de trazer essa nossa crença e essa nossa expectativa de que esse projeto venha para somar, e muito, com a nossa luta para que toda criança tenha o mínimo o que comer – que é um direito constitucional de todas essas crianças e bebês: alimentação. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O Sr. Secretário está de expediente na Secretaria de Assistência Social, vai precisar se retirar, até porque já está muito organizado entre eles de o Alexis fazer os direcionamentos pela Secretaria de Governo. Com a palavra, o Sr. Secretário.

O SR. DÉCIO FERNANDO DE MATOS – Obrigado Vereadora.

Gostaria de agradecer as manifestações e falar que Secretaria está em total alinhamento com as discussões que a gente vem apresentando.

Já conversei com o Secretário Alexis sobre alguns pontos, em especial sobre a dinâmica de funcionamento dos nossos serviços, especialmente, serviços de convivência e abordagem. Assim que finalizar as intervenções, o Secretário Alexis vai fazer as nossas contribuições e queria deixar 100% à disposição, toda a nossa estrutura, toda a nossa organização e gabinete aos movimentos sociais, as equipes dos Conselhos das instâncias de

participação e controle, dos Vereadores, para que a gente possa, após a finalização da discussão das tramitações legislativas, também, abrir nas questões de regulamentação e aperfeiçoamento dos serviços que temos na Secretaria.

A gente entende criança e adolescente, especialmente, na rua como prioridade absoluta. São compromissos, o Secretário Carlos Bezerra, um compromisso da nossa Secretaria e a gente segue a disposição para continuar esse diálogo aí, com toda urgência que o caso necessita. Muito obrigado todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sr. Secretário. Eu queria encerrar as inscrições na fala do Carlos Alberto de Souza Júnior, do CMDCA, Conselho de Direito. É o Churras, né? (Pausa). Está *on-line*? Ausente. Vou passar para o próximo...

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Vereadora, só completando E lamentando a ausência do Churras, o Carlos: ele participou ativamente desse processo histórico no período em que cumpriu o mandato no CMDCA. Estava presente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim. Passo então, a chamar, o Sr. Maurício Alves Mendes, da Sefras, Psicólogo. (Pausa) Ausente; Sra. Isabelle Quirino. (Pausa) Ausente; Sra. Tânia Lima da Fundação Projeto Travessia, Educadora Social.

A SRA. TÂNIA LIMA – Apesar de ser tarde, ainda bom dia, porque não almocei. Então, bom dia a todos, todas e todes.

Bom, gente. Eu sou a Tania, trabalho na Fundação Projeto Travessia há 12 anos. Então, eu tenho bastante história para contar sobre crianças e adolescentes em situação de rua, mas não vou me alongar muito, porque acho que a nossa proposta hoje é incentivo a que, realmente, o projeto de Lei 253/21 seja aprovado e que a gente consiga ter uma política de atenção a crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Esse é o nosso objetivo.

Eu não posso deixar de mencionar um coletivo que bravamente lida diariamente com as demandas, as frustrações e a insensibilidade de alguns órgãos do Poder Público com relação a crianças e adolescentes, que é o coletivo PIVALE. São trabalhadores que lidam diariamente, atuam diariamente com crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Dentre eles:

Cedeca Sé, Fundação Projeto Travessia, SEAS Sé, Consultório na Rua, CAPS IJ Amorzeira, dentre outros, que vem compondo bravamente o seu trabalho.

Falar um pouco do PL: a gente gostaria que dentro dessa construção, na secção 2, que fala sobre política de direitos humanos, a gente tivesse a inclusão da segurança pública para o diálogo, para entender, para compreender, para saber de qual criança, qual adolescente, nós estamos falando. Por que estou falando isso? Porque muitas vezes, gente, não temos a noção de como a segurança pública lida com os meninos e meninas que estão em situação de rua.

Não é fácil você ouvir relatos dos adolescentes contando de como é abordagem policial quando os encontram na rua. Desde ingerir tiner, colocar tiner em suas partes genitais, fazer comer maconha; são algumas ações que a nossa segurança pública atua com esses meninos e essas meninas. Não dá para a gente não falar da inclusão desse órgão para estar no diálogo conosco dentro dessa construção e de como vamos olhar para essa criança e para esse adolescente, com olhar como sujeito de direito e não culpabilizá-los na situação em que se encontram na rua. Precisamos dizer para segurança pública que ela é um órgão muito importante dentro desse diálogo e dentro dessa construção. Gostaria de que fosse incluído, sim, a segurança pública para conter, nesse projeto de lei, a segurança pública.

Gostaria, mais uma vez, de dizer para vocês que nós estamos aqui, falando de mortes de crianças e adolescentes que perdemos nesse longo trabalho e árduo, mas também dizer que nós estamos, também, falando sobre vidas: que não venham morrer outras crianças, outros adolescentes, principalmente, na nossa região central.

Então, *in memoriam*, eu gostaria, de novo, de repetir os nomes: Raio de Luar, Anália, Zói, Natasha, Matheus, Jonas, Marquinho, Isaac, Cleverton, Oliver, Johnny, João Vitor, Bahia, Wesley e Henrique, que morreu há um mês aqui, na região central.

Eles sempre estarão presentes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Tânia.

Agora, eu vou chamar o Sr. Fernando Júnior, do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Pausa).

O SR. FERNANDO JUNIOR – Boa tarde. Saudações Tutelares aos companheiros de luta do Conselho Tutelar: ontem, hoje e sempre.

Não quero repetir algumas coisas que já foram ditas, porque já está mais do que nos anais dessa audiência pública a necessidade do serviço 24 horas. Isso são questões que os Conselhos Tutelares apontam muito antes do grupo de trabalho ser criado há 10 anos, há sete, há 12 anos. São questões que os Conselhos dos Direitos vêm tratando há duas décadas, pelo menos, nessa cidade.

A minha fala, eu queria – enquanto membro de uma Executiva do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas também como Diretor da Associação Paulistana dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares da cidade de São Paulo – para dizer que essa Casa, esse Governo e esses Governos que passaram por essa cidade, precisam ter mais respeito com os Conselhos, sobretudo com os Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos.

Esse grupo de trabalho foi criado pelo CMDCA, o Conselho Municipal da Criança e Adolescente, que tem o assento de várias Secretarias, inclusive, da Assistência Social. Às vezes, a gente vai tratando as coisas como se elas fossem pautas novas, como se ela chegou para debate ontem, e ela está, há pelo menos duas décadas, sendo debatidas maciçamente.

E aí, com isso, vamos criando medidas paliativas: criar nas frentes frias, o CMDCA faz uma resolução; quando acontece tal situação, cria um programa “x”; ou cria um projeto, financia por dois anos, depois acaba – não dá continuidade. E aí, a gente vai tratando a pauta da criança e adolescente em situação de rua e na rua dessa maneira e dessa forma, depois usamos o discurso para dizer que é prioridade absoluta desse Governo – tanto que estamos aqui discutindo, conversando, etc. e tal. Não.

Essa luta sempre foi da classe trabalhadora, sempre foi dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos dos Direitos, que na maioria das vezes não foram escutados, não foram respeitados na sua autonomia e na sua autoridade deliberativa, tanto é que o Conselho Municipal não consegue alcançar o seu objetivo. Porque qual é o objetivo do grupo de trabalho criado há

uma década? De que virasse política pública. Esse era o resultado do grupo de trabalho. Como a gente não consegue, com oito Secretarias lá dentro, viabilizar governamental isso, nós fazemos o quê? Forçamos por lei. A gente só está forçando por lei porque os Conselhos de Direitos não são respeitados na sua autonomia de Conselho deliberativo e esse debate que tem que estar aqui, por trás do plano de fundo.

Os Conselhos Tutelares não são respeitados. Pega os anais da conferência de 2018, que nós vamos ler lá algumas questões – dos anais de 2018 da conferência: investimento na proteção básica. Por que a gente investe na proteção básica? Por que a gente fala do investimento na proteção básica? Para não chegarmos aqui. Aí, não aconteceu.

Falamos do processo de conferência, de 2018 até 2022, de maneira simultânea, permanente, para ouvir os adolescentes. O CDMDCA aprovou uma resolução que cria o Conselho de Participação dos Adolescentes. Está implantado? Não está, mas criança e adolescente é prioridade absoluta. A conferência aponta, há mais de uma década, o número crescente de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Pode pegar o relato das conferências regionais e eles vão dizer: “Olha, lá em Cidade Tiradentes, há 10 anos, você não via a situação de rua”. Hoje está empestado; tudo que é canto há criança em situação de rua. Ué, mas o que nós fazemos com os produtos, que são investimentos públicos no protagonismo infanto-juvenil, para discutir Direitos da Criança e do Adolescente? Engaveta?

A FGV deixou um relatório maravilhoso em 2018, dando indicativos para elaboração do plano de Proteção Integral à Criança e o Adolescente financiado por recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fumcad. Onde está esse plano de proteção integral? Essas questões precisam constar no debate, precisam estar nos anais da audiência pública para que possamos fazer outro elemento: monitoramento.

Nós lembramos de colocar no PL que é para os Conselhos Tutelares articularem a questão da pauta criança e adolescente, fortalecer, mas esquecemos de colocar que é para os Conselhos Tutelares fiscalizarem, porque essa é uma das maiores atribuições do Conselho Tutelar e que, por vezes, é esquecida. Lembramos de que ele é um articulador, mas não

lembramos que ele é o fiscalizador; que é ele quem vai apresentar para o Ministério Público e para o Poder Judiciário, e para quem mais for necessário, todas essas mazelas e essas irresponsabilidades que historicamente estão pautadas na nossa cidade.

Então, por fim, de novo, vamos renovar as energias, vamos somar forças e continuar na luta porque não acaba aqui. Infelizmente, faz uma década que estamos discutindo esse grupo de trabalho e pelo que eu estou entendendo ainda vamos ter alguns desafios pela frente porque essa audiência pública não trouxe a necessidade de duas questões: serviços 24 horas mais o plantão social 24 horas. Enquanto não houver plantão social 24 horas na cidade vai continuar caindo no colo dos conselhos tutelares e o Conselho Tutelar não é serviço para executar atendimento, isso compete à rede conveniada que infelizmente na cidade de São Paulo tem sido cada vez mais sucateada e é uma estratégia desse Governo sucatear os serviços para continuar a privatização deles, fazendo com que nós nos fragilizemos cada vez mais.

Vamos juntos, na perspectiva de Paulo Freire, esperar, juntar as mãos e lutar para alcançar essa política pública que o Conselho Municipal não conseguiu, mas quem sabe agora, com projeto de lei, consigamos efetivar. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Júnior.

Tem a palavra o Sr. Eugídio Alves Carvalho, do Fórum da Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus e já peço para a Luzia Honorato estar pertinho e a Fernanda Abreu, do CTC – estes que são os três últimos inscritos da nossa audiência.

O SR. EUGÍDIO ALVES CARVALHO – Boa tarde a todos e todas.

Eu quero, de cara, cumprimentar essa Mesa muito importante e simbólica, na pessoa da nossa companheira Sueli; essa Mesa, que hoje a Juliana traz para discussão importante de São Paulo, uma temática tão cara a nós. Por que a nós?

Aproveito para me apresentar. Eu sou o Eugídio, de São Mateus, membro do Fórum de Defesa dos Direitos dos Adolescentes de São Mateus e também do Governo de infância da cidade de São Paulo. Como acho que muitos sabem também, como o Júnior, com muita satisfação, ex-Conselheiro Tutelar de São Mateus por dois mandatos: 2005 a 2011.

Vejam. Por que nós estamos aqui hoje? Para discutir um PL para garantir os direitos de crianças e adolescentes na rua e em situação de rua. Sabe por quê? Justamente porque a cidade de São Paulo vem falhando na política pública de atenção básica; simples assim. Porque se nós tivéssemos, na cidade de São Paulo, das várias gestões e investimentos financeiros, o orçamento para busca pública da infância, nós não estaríamos discutindo um projeto que vai ao encontro de milhares de crianças na rua nesse minuto, com fome, inclusive – vítimas. É por isso que estamos aqui hoje.

Mas como diz o Júnior – aliás, é difícil falar depois do Júnior –, esse é o momento. São Mateus, região importante de São Paulo, e muito grande, assim como outras – hoje, não é mais o Centro. Esse PL vai atender toda a cidade, porque não é só o Centro mais, Tânia. Hoje, criança e adolescente estão nos 96 distritos da cidade de São Paulo, vítimas da violência. Vereadora Luana, é muito triste falarmos isso. Eu, como ex-educando, ex-Conselheiro Tutelar, fico muito triste. Eu saí do Conselho em 2011 e ainda assim temos muita dificuldade – aliás, lembro, aqui, dos Conselheiros, nossos companheiros, que dia 18 foi o seu dia. Mas celebrar o quê, né, Conselheiros? Não há o que celebrar.

Eu queria também lembrar de que esse momento importante, desse PL, Vereador Julio, vai de encontro também com uma discussão nacional, que é a recuperação dos direitos humanos e da pessoa humana, com o novo Governo que está chegando, a PEC do Bolsa Família. E vejam vocês: São Paulo, hoje, está discutindo uma temática tão importante e nós temos no Brasil todo o mesmo desmonte. Ou seja, esse PL está no momento certo de recuperação dos direitos.

Eu também quero lembrar de que nós, que somos da temática da infância, sempre defendemos que a política pública básica seja investida e é pena, e já vou concluindo, que o representante de SMADS saiu, porque aqui nessa sala, na última sexta-feira, na discussão do Orçamento – Vereadora Juliana Cardoso – para 2023, é triste saber – né, Júlio? – que vai ter menos recursos para a Assistência o ano que vem. Então, espera aí. Há uma ironia no processo: apoiar o PL, *Okay*, mas onde está o recurso? Porque sem orçamento, não há política pública.

Então que o Ricardo Nunes, nosso Prefeito e as Bancadas dos Vereadores entendam ou colocamos o orçamento para defesa dos direitos, ou vamos ficar apenas aqui tristes, recordando de que muitas crianças estão morrendo no Centro e nas periferias de São Paulo. Então, queria que você, Juliana, como tem dito, que está caminhando para os últimos atos dessa Casa, por ora – dizer, companheira, e te cumprimentar também por essa iniciativa importante que é esse PL – para revisitar e recompor os direitos violados há muito tempo, porque criança, como diz o Estatuto e tem que ser, gente – não só de boca; ir para a prática e ação – sempre prioridade absoluta. Vamos para frente, que é para frente que se anda.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Eugídio. Tem a palavra a Sra. Luzia.

A SRA. LUZIA HONORATO – Pode haver uma troca? Ela pode ser a próxima? Aí, eu sou a última. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pode. Só peço que se identifique.

A SRA. FERNANDA ABREU – Meu nome é Fernanda, sou Conselheira do Conselho da Sé desde 2016 – esse é o meu segundo mandato –, e desde lá, quando houve a primeira vez que entrou uma criança em situação de rua dentro do Conselho, eu me perguntei o que é que ela estava fazendo dentro do Conselho Tutelar, porque lá não era o lugar dela, já que ela já estava na rua, ela já estava destituída da sua família. Então era o Poder Público que deveria estar cuidando daquela criança.

E foram várias discussões de lá até hoje; a gente vive nessas discussões, principalmente na Sé. Eu falo para vocês: hoje a criança chega, amanhã ela usa droga, no terceiro dia, ela tem que pagar essa droga que ela está usando. É uma coisa que tem que deixar bem específico dentro desse PL: como vamos lidar com a criança que está no uso de drogas, que está no uso da bebida, que é a situação de todas as crianças em situação de rua hoje na cidade de São Paulo.

Outra: enquanto o Conselho Tutelar estiver sendo usado para ser o serviço de execução nessa cidade, não vai nunca sair um serviço de proteção social; porque é o Conselho

Tutelar que está sendo usado como esse serviço. Eu falo para os meus pares: enquanto vocês não se levantarem, enquanto não nos levantarmos das nossas cadeiras, não para executar o serviço, não para ir na rua abordar uma criança, não para fazer uma visita domiciliar e, sim, para ir fiscalizar aquele que não está fazendo e cobrar daquele que deveria fazer, que é o nosso Poder Executivo, Legislativo, nós vamos ficar aí, esgotados. Os Conselhos estão sucateados.

Então, Conselheiros que estão presentes, sociedade civil, nossa Casa, nossos Vereadores, nossos Secretários: vamos respeitar esse órgão. Vamos dar autonomia para o órgão, porque eu acho que vocês têm medo de dar autonomia para nós. Nós temos a nossa autonomia, mas nós somos tão cobrados, tão cobrados, mas não somos lembrados em nada. Nem na data do Conselheiro Tutelar nós somos lembrados nessa cidade.

Sabe o que nós fizemos no dia da data? Fomos para a rua pedir respeito. Passamos em frente a todos os órgãos pedindo respeito, isso, e mesmo assim, não tivemos o apoio de ninguém, a não ser de nós mesmos, os Conselheiros Tutelares. E agora querem inventar mais e colocar o Conselho Tutelar em mais um canal, no 156. Aí pronto. Nós viramos serviço mesmo.

Então, eu peço para vocês que respeitem esse órgão e respeitem o ECA, que só serve para punir. Eu nunca vi ninguém ligando no Conselho para garantir o direito da criança e do adolescente que está lá no ECA – e falo para todo mundo nos lugares que eu vou: quem fez o ECA e quem colocou Conselheiros Tutelares lá, já sabia no que ia dar, porque até hoje nós não conseguimos de fato garantir direitos para as crianças e adolescentes, até dentro da nossa própria casa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Luzia, última inscrita.

A SRA. LUZIA HONORATO – Pessoal, desculpem-me por tirar a máscara. Sou Luzia Honorato, boa tarde, já.

Eu quero cumprimentar a Mesa e dizer que todas as falas – eu pedi para falar por último, porque todas as falas me deixaram contemplada em sua plenitude: desde o Covereador

Júlio até a última fala dessa jovem, que acabou de dizer que nós, como Conselheiros Tutelares, que temos que aplicar as medidas protetivas, não conseguimos aplicar a medida protetiva.

Eu fui Conselheira Tutelar por dois mandatos. Desculpe-me, Vereadora Juliana – eu queria dar parabéns para a senhora, antes de começar a minha fala, e parabenizar a Vereadora ao seu lado, acho que é a Luana. Vocês foram brilhantes. A senhora, como nossa Deputada Federal, espero que consiga colaborar com a gente para construir essa política pública mais justa e discutir na questão da comunicação, para que possamos nos comunicarmos mais e se comunicar, não com a boca, mas com o coração. Estamos falando muito e agindo pouco.

Sou Luzia, estou na caminhada, e essa caminhada, para mim, começou em 1983. Eu pedi para falar por último, porque eu sinto dentro do âmago do meu coração – e acho que meus companheiros também, tanto Cláudio, quanto Miriam e Neilton – que nós engolimos um pedaço da história que não pode ser engolido, porque todos nós estamos aqui conversando, discutindo, brigando, ficando com raiva, tendo amor e tentando nos unirmos para que a gente resgate uma coisa muito importante, que é as nossas crianças das mãos da violência.

Então, é necessário que olhemos tudo isso com o coração. Nós vamos agora para 1978, quando começamos a discutir que a criança e o adolescente não podiam estar dentro de um código do menor, e para ela não estar dentro de um código do menor, era preciso que a sociedade civil começasse a discutir. E, a partir de 1978, eu fui convidada, em 1983, para ser uma das primeiras educadoras nas ruas com crianças de farol e, como educadora nas ruas com criança de farol, a gente começa a contar esses horrores todos que já foram contados e que não conseguimos solucionar.

Acho que já chega. Já passou do tempo de se criarem políticas públicas justas, se criarem políticas públicas corretas, dos nossos legisladores conversarem com os nossos executores. Gente, quem executa é quem está na linha de frente, é quem está fazendo abordagem principal; quem executa é quem está no desespero, não só de ver a criança em situação de risco absoluto, mas também em situação de abandono e desagregação familiar.

Eu ainda não ouvi nenhum Conselheiro Tutelar falar, nenhum educador que vem

aqui à frente, nenhum defensor de direito, dizer que foi visitar as famílias lá em suas casas. Durante o dia, na semana, olhava as crianças em situação de abandono nas ruas. Nos fins de semana, em 1983, nós fomos visitar as famílias, não é, Miriam? Então, para encurtar a história, começamos a construir o ECA, começamos a discutir o porquê que nós precisamos mudar o código do menor. E eu só pedi para vir aqui à frente, juro que não foi para contar a minha história, nem a da criança, que vocês já sabem.

Eu vim para pedir aqui à frente para dizer que eu fui convidada, pelo Professor Cláudio Rondeli, com a Miriam Margarido, com o Dom Luciano Mendes de Almeida, junto do padre Julio Lancellotti, junto da irmã Maria do Rosário, com a irmã Ruth, com Dom Alfredo Novak, – eles são os protagonistas dessa construção – para dizer: não queremos mais o código do menor. Nós queremos uma lei nova e eu acho muito bonito lembrar disso.

Agradeço muito a Deus por estar compartilhando isso com vocês. Sabe por quê? Porque lembrar disso me reporta a um passado que está muito presente e, nesse presente, a gente consegue mudar a história, se começarmos a nos comunicar e nos comunicarmos corretamente.

Eu não posso fazer uma lei para você executar. Eu tenho que fazer a lei para que nós possamos executar juntos. Nós não escrevemos a história há 40 anos, né, Miriam? Nós fomos escrever a história agora – Creuza, da Pastoral do Menor – há dois anos.

Parece-me que o livro do Professor Cláudio chegou na Cúria há dois anos, não é isso? Então, nesse livro, ele conta a história de como nós somos contra, porque já tinham crianças em situação de rua sendo exploradas pelos traficantes e ele cheiravam cola – hoje não se fala mais na cola. Eles cheiravam cola, eles se drogavam e os traficantes ficavam ali, no armazém, perto do Mercado da Lapa, para tentar passar a droga para eles. Os meus três minutos já estão encerrando.

Então, como já mencionei, os protagonistas todos – eu quero só encerrar viu, Vereadora –, falando que são vários os tempos, são vários os momentos que nós vivemos, que não são somente essas duas décadas: são quatro décadas, são 40 anos de história.

E para concluir, nesses 40 anos de história que ninguém pergunta quem começou essa história e quem culminou para entregar nas mãos do Vereador. Na época, eu acho que trabalhava na Câmara Federal; eu acho não, eu tenho certeza. O Eduardo Suplicy – é uma pena que ele se retirou: foi ele que indicou a aprovação do nosso ECA em 1990, e no segundo mandato de Conselheira Tutelar, eu já estava Conselheira Tutelar.

Então, eu gostaria de, somente agora, ser muito grata por esse momento, e talvez seja único, de pedir que a Miriam e o Cláudio... O Neílton foi o primeiro menino da Lapa que nós acompanhamos, era menino de rua. Neílton, levante-se para todo mundo ver a sua cara. Ele já foi presidente de Cooperativa de Reciclagem duas vezes. (Palmas) O Neílton é um menino que vinha de Francisco Morato para ficar nas ruas da Lapa, todo dia, o dia inteiro, com a avó dele. Claudio e Miriam escreveram um livro.

- Manifestação no recinto.

A SRA. LUZIA MARIA HONORATO – Isso. O Cláudio e a Miriam escreveram um livro, *O Grito dos Pequenos Profetas* e nós pedimos, encarecidamente, a possibilidade de reproduzir esse livro para que todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, para que todos os Estados, para que todos os municípios tenham *O Grito dos Pequenos Profetas* para começarem a contar a história a partir das injustiças sociais. E crianças passaram a ter direito absoluto – no papel, porque na prática elas ainda não têm – a partir do momento em que começar a discutir que tinha que ter uma lei, e essa lei foi o ECA. Com todas as suas deficiências – infelizmente, ainda criticam muito –, mas é uma lei que dá garantia dos direitos, e cabe a nós implementar.

Obrigada, Vereadora. Desculpe tomar tanto tempo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Gente, vamos voltar para a Mesa. Vou pedir para todos serem bem objetivos para que a gente possa ouvir o Secretário nos encaminhamentos. Está bem?

Vereadora Luana precisa já falar. Hoje, terça, quarta e quinta, para nós Vereadores,

são dias muito ativos. Alguém falou do Vereador Eduardo Suplicy, ele desceu para outra Comissão, de Educação; e a Vereadora Luana vai descer para outra Comissão.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Vereadora.

Gente, eu queria, muito rapidamente mesmo, primeiramente agradecer essa rodada de falas. Eu acho que trouxe vários tempos, vários espaços, Conselheiros Tutelares, enfim, diversos grupos e setores que estão envolvidos. Achei muito importante todo mundo ter se colocado.

Queria falar, muito pontualmente, sobre a questão das faltas do PL, que foi muito dita pelo ex-promotor e nosso atual Procurador do Estado, Eduardo Dias. Bastante gente colocou isso. Quero colocar o seguinte: caso nós aprovemos o projeto como veio enviado por essa Secretaria, com vários avanços, porém com algumas faltas, não significa que as pautas que ficaram de fora não poderão mais ser tocadas. É muito importante colocar isso para vocês.

Não quer dizer que a gente perdeu esses elementos, que a gente perdeu esses pontos. Os tempos são vários. Eu, particularmente, acho que é o momento de a gente colocar em votação. Eu defendo que seja colocado em votação e que a gente consiga batalhar por algumas coisas muito importantes.

Vou falar, primeiro, sobre a questão da regulamentação. Qualquer projeto de lei é aprovado em primeira, na Câmara Municipal, aprovado em segunda e vai à regulamentação. Eu acho que o nosso diálogo deve seguir com o Governo, para a gente pensar nessa regulamentação – por exemplo, a gente conseguir incluir a Secretaria de Governo. Eu acho que é um acordo que a gente pode fazer, que a gente pode tirar daqui. Eu acho muito possível que isso aconteça, a gente envolver a Secretaria de Governo para estar com mais protagonismo.

Achei muito boa também a sugestão de Segurança Urbana, já que não existe, no município de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública. Acho interessante também se pudessem estar no diálogo de regulamentação. Acho que seria importante mesmo, porque estão ali, na lida direta, na rua, com as crianças. A gente sabe que tem que estar dentro da nossa discussão, do nosso debate. Então, acho isso uma coisa importante.

Sobre os serviços 24 horas, repito: ainda que não saia no texto da lei em segunda, não quer dizer que não possa ser 24 horas. Isso é uma coisa que acho muito importante colocar para todos. Não seria a primeira vez que um serviço é criado – seja ele de saúde, de educação, de assistência social – e que tem um certo horário de funcionamento, mas que, por meio administrativo, depois, pode mudar seu horário de funcionamento. Isso é uma coisa muito importante para colocar para vocês.

Acho que tem que seguir sendo uma pauta nossa, do Movimento de defesa da criança e do adolescente em situação de rua e na rua. Não seria a primeira vez, repito; um serviço implementado pode mudar de horário, isso é possível. Se não estiver no texto específico da lei, não pode, de forma alguma, ser uma pauta que é tirada; porque, inclusive, pode vir via Executivo, não precisa nem ser outro projeto de lei, pode ser uma medida administrativa, inclusive.

Eu acho que, tendo compromisso para isso acontecer por parte do Executivo e principalmente, a nossa pressão – nada acontece sem pressão, nada acontece sem luta. Eu acho que esse PL é uma prova disso, que foi conseguido com muita luta e muita pressão. Essas são coisas importantes de a gente pensar.

Eu queria colocar isso. Eu defendo que a gente vá para a votação em segunda. A gente sabe: a Vereadora Juliana tem uma luta muito antiga nisso também. Mas, lembrando: não quer dizer que as pautas que não entraram no projeto têm que ser abandonadas. Não significa que não tem canal institucional, político, administrativo para que a gente não consiga ter essas vitórias.

Então, é isso. Muito obrigada de novo, e já vou passar para os meus colegas de Mesa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vereadora Luana. (Pausa) Roberta.

A SRA. ROBERTA MACHADO TASSELLI – Eu só queria fazer menção de uma pessoa que eu esqueci, mas é muito importante: Conselheiro Robério também esteve com a gente na luta desde o início.

Desculpa, Robério, não fiz menção anteriormente, mas quero registrar a sua participação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sueli.

A SRA. SUELI MARIA DE LIMA CAMARGO – Também pretendo ser bem breve. Só lembrando de que o resgate histórico que eu fiz, foi do PL, foi do processo do projeto de lei. Agradeço à minha amiga trazer toda a história referente à Pastoral do Menor.

De uma forma bem sintética: 44 anos de Pastoral do Menor. Ela foi fundada há 44 anos e está organizada em todo o Brasil. Eu tenho 35 anos de atuação. Eu brinco muito: eu não vi o dilúvio, mas pisei na lama. Pisei na lama do descaso, da omissão, das mortes, de tantos corpos que eu já enterrei nesses 35 anos – está bom? – na omissão do Estado. É nessa lama que eu pisei nesse período todo.

Então, história, nós temos muita, mas hoje é a história do PL. Tânia, obrigada, muito obrigada por você ter lembrado não só dos nomes dos nossos meninos, muitos dos quais eu identifiquei, mas lembrar também de outras organizações que não constavam aqui na minha lista, e eu fui pela logomarca que fomos conquistando. Então, muita gente é protagonista dessa vitória, que é esse projeto que está sendo discutido hoje.

Aí, eu concluo dizendo o seguinte – eu já havia dito isso e vou repetir: faz-se necessário e urgente que os direitos elencados dentro do rol de garantias fundamentais da nossa Carta Magna, da nossa Lei Maior, sejam respeitados e cumpridos definitivamente.

Dom Luciano Mendes de Almeida, fundador da Pastoral do Menor, há anos luz atrás dizia assim: “Se você acender uma luz na vida de uma criança, ela será a luz na sua vida”. Hoje nós estamos acendendo luzes.

Pessoal, obrigada, um grande abraço. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Júlio.

O SR. JULIO CEZAR DE ANDRADE – Acho que essa audiência é o resultado de um processo do trabalho coletivo, que não começou hoje, nem agora. Em nome da Vereadora

Elaine, como Coveador do Quilombo Periférico, eu quero agradecer aos companheiros e companheiras do GT, que não teve um dia que a gente teve preguiça de trabalhar para que esse projeto chegasse aonde chegou. E é compromisso do Quilombo Periférico pautar para que esse projeto seja aprovado. E será nosso compromisso fiscalizar para que esse projeto se torne lei e se efetive como política pública na Cidade.

Nós estamos cansados – não no sentido do trabalho –, mas de todos os dias vemos a cara das nossas infâncias, adolescências estampadas nos meios de comunicação. Uma hora é uma bala que é achada – porque não existe bala perdida -, uma hora é porque está em situação de trabalho infantil, outra hora que cai da janela de uma casa, como foi a morte de Miguel.

Nós estamos querendo reagir contra a violência racial que afeta crianças, adolescências e juventudes na cidade de São Paulo. Defender esse PL é defender a vida, e a vida das nossas crianças, adolescências e juventudes é imaterial, e é dever do Estado garantir que ela seja plena; que as nossas infâncias e adolescências passem por todas as fases de desenvolvimento com proteção, com promoção, com defesa, com controle e também com participação social. Até porque as nossas infâncias e adolescências também são sujeitos políticos.

Finalizo, a partir do que a gente ouviu ontem, Ju, na audiência em Iguatemi: é inadmissível a cidade de São Paulo, com tanto recurso, ter feito a conferência municipal de crianças e adolescentes de forma virtual. (Palmas) Se a gente quer garantir a participação efetiva das nossas infâncias, precisa ter investimento público, assim como precisa ter, orçado, investimento público para ampliação dos Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo, porque, a cada 100 mil habitantes, de acordo com a Resolução do Conanda, tem que ter um Conselho Tutelar.

Então, a cidade de São Paulo tem déficit no sistema de garantia de direitos – nos Conselhos Tutelares, nas políticas de assistência social, nas políticas de promoção e acesso a direitos. E será o nosso papel, enquanto mandata, em conjunto dos demais Vereadores que aqui estiveram e com o Movimento, denunciar essas práticas no cotidiano. Não existe mandato

popular democrático sem ser em conjunto do Movimento.

Obrigado, Juliana. Obrigado, Luana, que aqui esteve, Sueli, Roberta, Neia, as companheiras do GT. E a gente vai continuar junto cobrando para que esse projeto se torne lei e que essa lei seja uma política executável, comprometida, por uma São Paulo sem racismo. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Júlio. Neia.

A SRA. RUDNEIA ALVES ARANTES – Vamos lá, gente.

Acho que é um momento bem complicado para a gente, mas também um momento em que não podemos desistir.

Aí, fica um desafio, Sr. Secretário. É o seguinte: a Vereadora Luana falou que, mesmo tendo essas faltas, na questão de um serviço 24 horas, seria importante a aprovação desse PL. Eu até entendo que a política para criança e adolescente realmente está bem atrasada, e a gente fica angustiada e quer fazer as coisas realmente atropelando algumas questões. Aí, criamos uma lei municipal e desconsideramos uma Lei Federal.

Porque a Lei Federal 13.431, de 2017, traz, para o Poder Público, a responsabilidade de criar serviços 24 horas. Como é que vai ficar isso? Porque se você tem uma lei municipal que está desconsiderando uma federal, como é que funciona isso? Então, a gente precisa “lincar” uma coisa com a outra. Então, de repente, regulamenta e coloca dentro da lei municipal os serviços que a Lei 13.431 está pedindo aqui. Porque, como a gente falou: o nosso papel de Conselho Tutelar, de conselheiro tutelar, garantidor e zelador pelos direitos, é fiscalizar, representar, conforme o Art. 208, a responsabilização pela não oferta ou oferta irregular de serviço público na cidade de São Paulo. Eu acredito que o nosso Excelentíssimo Prefeito não vai querer receber uma representação por não estar implementando uma política efetiva e permanente para atender a situação.

Para finalizar, vocês têm outro desafio, que eu já tinha avisado há muito tempo, mas parece que o pessoal não gosta de ouvir. A lei aprovada agora pelo Prefeito, a 17.827, em seu Art. 7º - é mais uma coisa para vocês prestarem atenção para ver como é que vai fazer isto -, diz

no parágrafo 3º: “O acionamento do Conselho Tutelar durante o regime de plantão será disciplinado por regulamento do Poder Executivo, (...)”. Era aquilo que a nossa colega estava falando, que estão querendo colocar o Conselho Tutelar para o 156.

Mas vejam só, não termina aí, porque está no mesmo parágrafo: “(...) que disciplinará também o funcionamento dos serviços municipais destinados à garantia dos direitos da criança e do adolescente”. Está se falando o seguinte: qual é esse funcionamento? Porque estamos tratando, nessa lei, do funcionamento do Conselho das 8 às 17 e das 17 às 8 do outro dia. Então, nós estamos falando de um plantão para o Conselho Tutelar, 24 horas. Então, a gente entende que os serviços também têm que estar 24 horas. Porque, na verdade, são serviços que sejam sobre aviso, que sejam remoto, mas são eles que têm que estar atuando, porque criança e adolescente tem que ter prioridade no seu atendimento, nos seus encaminhamentos. Não dá mais para a gente permitir criança em situação de rua porque não estamos tratando, Sr. Secretário, só de situação de rua, mas de exploração sexual, abuso sexual, que a Lei 13 mil, lá atrás, acentua isso muito bem. Como é que fica nesta cidade a gente ter uma regulamentação?

Então, quando vocês pensarem em aprovar uma legislação municipal, se atentem por aquilo que tem da federal e aquilo que está sob responsabilidade do Poder Público regulamentar o funcionamento do serviço na cidade de São Paulo. E a gente aguarda isso e quer um compromisso desse governo para que a gente tenha, de fato, que criança e adolescente sejam atendidos da melhor maneira possível, com profissionais capacitados, e não utilizando o Conselho Tutelar.

E aí, Júlio, para finalizar, não dá para dizer o seguinte: a cidade de São Paulo, embora você tenha na Resolução que a cada 100 mil habitantes tenha que se criar um Conselho Tutelar, a cidade de São Paulo por enquanto não está precisando por enquanto de Conselho, não; nós estamos precisando de serviço. Não tem serviço, querem botar Conselho para virar serviço? É o que está sucateando até agora, estamos com 36 CREAS em uma cidade com 97 distritos.

Então, é isso, Secretário. Leve para o nosso querido Prefeito para que vocês vejam isso, porque Conselheiro Tutelar não vai ficar fazendo as vezes de serviço, não. Porque a gente

vai entregar esses plantões na cidade de São Paulo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, eu não sei se estou na mesma reunião do Movimento ou em um Movimento dividido, porque eu não estou compreendendo. Neia, você está dizendo que vocês vão entrar com uma representação contra esse projeto de lei. É isso?

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Porque a fala que você faz é essa.

A SRA. RUDNEIA ALVES ARANTES – A nossa prerrogativa é de também representar pela não oferta e pela oferta irregular de serviço. Isso, independente... Ninguém está falando desse projeto, nós estamos falando de ter serviço 24 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É só para a gente entender.

A SRA. RUDNEIA ALVES ARANTES – Pode entender. A gente não está dizendo, e eu vou deixar claro: a gente concorda, sim, que tenha esse projeto. Inclusive, estamos trazendo aqui para o próprio Secretário para ele se atentar, na hora de aprovar o projeto, porque existe a obrigatoriedade de ter as 24 horas. Ele tem que atentar para o que a Lei 17.827 está trazendo e também para a Lei 13. 431.

É isso. Ninguém está dizendo que vai representar por conta desse projeto. Nós estamos falando que a nossa prerrogativa legal é fiscalizar e representar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu entendi.

Eu só queria compreender se era sobre esse projeto, porque a gente tem projeto de Vereadores. Então, como a gente fala de legislação, vocês têm que falar também a informação por completo, né.

Então, lei de Vereador, que é o que foi destacado com autoria nossa, com coautoria de outros Vereadores, foi a busca ativa do Movimento, que pediu o tempo todo para a gente poder pensar nessa legislação municipal, inclusive para ajudar a gente a organizar e estruturar.

Porque uma coisa é você ter uma lei federal, uma lei estadual. Mas, se você tem uma lei municipal, você tem instrumento melhor e maior para poder efetivar as leis federais e estaduais.

Então, a gente não tem condição, às vezes – e isso dentro dos quatro pontos que a gente precisa enxergar –, primeiro: a relação de ter a Secretaria de Governo para dentro do projeto. O que está se pedindo, e aí a gente precisa verificar se dentro desse substitutivo, a gente apresentar uma emenda, para poder incluir vocês, só para estar na escrita, porque objetivamente quem toca a regulamentação, nessa composição do Governo, é a Secretaria de Governo.

Por que a gente acha importante colocar? Porque Governo é de quatro em quatro anos. De repente, chega outro Governo e muda. O Secretário não quer mais isso, não fica com a pasta, e aí se caminha para outro lado. Então, para nós, a importância de se estar registrado dentro do projeto de lei é nesse sentido, de a gente garantir para que, no Governo que vem, a gente consiga ter essa vinda da Secretaria de Governo, que tem essa política. Os governos além da Secretaria da Casa Civil puxam outras Secretarias, para poder dialogar sobre a política.

No segundo ponto, que é importante na relação de 24 horas, quem vai falar é o Governo, mas efetivamente, eu, como Vereadora, e a gente olhando pelo gabinete, existe um visto de iniciativa do Vereador. A gente não pode direcionar recursos que saem do orçamento, a não ser que sejam no orçamento. Mas eu não posso falar assim: “Olha, Governo, você tem que fazer um serviço 24 horas, com tal recurso”. Quem conhece a Casa, o trâmite da Casa, sabe disso. Agora, se fosse do Governo para a Câmara, do Prefeito para a Câmara, aí tudo bem, isso passa.

Porém, a gente precisava ver se há ainda algum mecanismo jurídico. A gente já tem serviços que são pensados 24 horas, porque têm que haver. Há outros que ainda têm que caminhar, para se poder executar, para ser um serviço efetivo de 24 horas, para tirar dos ombros dos Conselhos Tutelares, a procura ativa, principalmente na relação da madrugada e do final de semana.

Então, eu queria ver se a gente conseguia ter uma tentativa. Eu sei que a gente já falou muito, já conversou muito. Projeto vai, projeto vem, mas há alguma composição você pode

ampliar nesse diálogo.

O terceiro ponto é segurança. É possível isso? Há uma questão de segurança muito real mesmo. Isso a gente vê efetivamente não só na Guarda Civil Metropolitana, mas as outras Polícias também têm uma abordagem muito difícil ou se não têm, eu queria entender a justificativa. Não sei se você consegue dialogar sobre a justificativa, porque não se pode entrar essa nossa emenda.

O quarto, é a rubrica. A rubrica é nós, são os Vereadores. É a gente que faz a rubrica. Então, dentro do orçamento, a gente já precisa conversar com o Dr. Sidney Cruz, relator do orçamento, para poder dialogar. Aí nós vamos precisar da ajuda do Governo, para poder falar: “Amigo, a gente vai ter um projeto de lei aí e, nessa questão política, é preciso abrir isso, para poder dialogar com os outros Vereadores do Governo”. E, aí sim, é uma posição que o Prefeito Ricardo Nunes precisava acenar, para poder dar certo.

Bom, enfim, acho que é uma boa notícia, gente. Não é uma má notícia esse projeto de lei. É uma boa notícia, e eu estou muito feliz. Vocês sabem que cada Vereador, no seu semestre, tem indicação de quatro projetos que podem ser apresentados. Então, dentro desses quatro, um deles, na minha quota de Vereadora de São Paulo, é esse projeto, conversado muito com o Prefeito Ricardo Nunes, para eu poder fechar esse ciclo de vereança na relação da assistência social e dos direitos da criança, do adolescente e da juventude. Eu aprendi muito com vocês todos.

Mas, em especial, eu quero dar um grande abraço e um carinho muito especial para o Fábio Rodrigues, porque ele foi a pessoa que conseguiu juntar todo mundo, colocar todo mundo na Mesa, para poder dar certo e falar toda hora: “Juliana, tem que ligar para o Secretário”, “Oh, fala isso aqui”, “Vê isso”. Aí depois, quando não dava muito certo, quando a Juliana estava com outras coisas, aí havia a Sueli: “Juliana Cardoso, olha isso. Está faltando. Precisa falar”. Entre outras pessoas que acompanharam muito todo esse processo e os demais Vereadores, que estiveram com a gente nessa caminhada.

Então, acho que é uma boa notícia para a cidade de São Paulo, e a gente só tem a

construir. E eu estou muito animada com o Presidente Lula como Presidente da República.

Vocês sabem que eu estou no grupo de transição de Governo e uma das pautas que a gente tem falado muito sobre Assistência Social e Saúde – é prioridade máxima a gente ter recursos e investimentos, para que seja uma política efetiva, não só para criança, adolescente e juventude, mas para o fortalecimento de SUAS e de outras políticas que são voltadas para a classe trabalhadora e para o nosso povo, que está muito desgastado e muito empobrecido.

A gente tem visto, a cada dia mais, o desemprego, a fome e a miséria, e quando há isso com o povo, quem mais sofre são as mulheres, as crianças e as pessoas que estão largadas, sem um prato de comida, muitas vezes, e têm que passar por situações muito difíceis, para poder sobreviver nessa vida dura que a gente está vivendo nesses últimos quatro anos.

Então, estou à disposição, porque agora a gente vai para uma tarefa federal, porque, daqui a pouco, eu vou brigar lá. E, aí, daqui a pouco, eu volto: “Consegui o dinheiro que vocês têm que efetivar”. Sem ser emendas. Emendas são muito importantes, tudo, mas a gente não quer emenda. A gente quer política organizada, o orçamento, para poder funcionar, independente da questão de emendas de Vereadores e Deputados, e que haja uma política mais ampla.

Sr. Secretário, muitíssima obrigada pela sua disposição de estar aqui. Os outros Secretários é bem difícil, viu, gente, todos os Secretários de todas as pastas aparecerem e falarem um pouco. Quem sabe. Foi uma boa notícia, e te deixaram aí nessa tarefa, de dialogar com a gente nesse finalzinho de audiência pública.

Obrigada.

O SR. ALEXIS GALLAS DE SOUZA VARGAS – Eu que agradeço, Vereadora. Aliás, quero começar agradecendo a Pastoral da Menor, Cidade Escola Aprendiz, Rede Diálogos em Setoriais e Fundação Travessia, que participaram desse grupo, além dos que eu comentei, aos Vereadores e às Secretarias municipais. A sociedade civil esteve presente nesse grupo.

Quero cumprimentar também o Dra. Athene e o Dr. Eduardo Dias, que estão nos acompanhando *on-line*. A Dra. Athene sempre é muito parceira da Secretaria de Governo,

representando a Secretaria de Saúde em todas as pautas que envolvem criança e adolescente.

Sobre os temas, eu acho que há alguns que perpassaram várias falas, e eu vou tentar tratá-los. Participação da Segurança Pública: A Secretaria de Segurança Pública com as Polícias Civil e Militar é um órgão estadual. Acho que não cabe, numa lei municipal, criar nenhuma obrigação ou alguma coisa em relação a eles. A ideia é que eles sejam acionados sempre quando a gente precisar. Temos um bom diálogo com eles. Temos uma interlocução muito boa com a Secretaria de Segurança Pública, e estamos abertos a fazer essa intermediação entre esse grupo. Podemos continuar com esse mesmo grupo, para a gente construa a regulamentação da lei, e a gente pode acionar a Secretaria de Segurança Pública ou mesmo a de Segurança Urbana, sempre que achar necessário, para haver uma boa interlocução com eles quanto a isso.

Sobre serviços 24 horas, a Vereadora já colocou. A primeira razão de ele não estar na lei: Esse projeto de lei é de autoria de Vereadores, e uma das autoras está aqui. Um projeto de lei de Vereador não pode criar uma norma, obrigando o Poder Público a transformar o serviço em 24 horas, porque isso implica em aumento de despesa e reorganização de serviço. Então, nesse PL, não se caberia fazer isso, por uma questão de princípio constitucional.

Mais do que isso: O dispositivo fala que os serviços têm que ser 24 horas. Não são todos os serviços que serão 24 horas. A gente já tem, por exemplo, o SEAS três, que é 24h, mas a gente vai estipular outros. Serviços de convivência cabem 24 horas. Começamos aí agora com a recém inauguração do serviço do núcleo de convivência para criança e adolescente em situação de rua. Em sendo uma experiência positiva, ele vai ser continuado. Ele começa como um projeto do Fumcad.

Em sendo uma experiência positiva, vai ser continuado, e o compromisso que eu coloco, Vereadora, é de que, nessa regulamentação da lei, a gente estipule quais serviços devem ser 24 horas. O Poder Público também quer serviço 24 horas. Só não cabia nesse PL, na regulamentação, que é onde a gente vai discriminar serviços que não cabiam num projeto de lei. No serviço, na regulamentação, a gente discrimina o serviço e fala quais que devem ser 24 horas.

E quanto à questão da participação da Secretaria de Governo, no processo de regulamentação de estar no PL, o PL tem, no seu último artigo, o prazo de 120 dias para a gente fazer essa regulamentação. E está aqui o meu compromisso com a Secretaria de Governo. Vai ser conduzido esse processo de regulamentação desse PL, tal qual se conduziu esse acordo republicano e tão bom que tivemos nesse período.

Nobre Vereadora, o projeto de lei é da sua autoria. A gente trouxe todas as Secretarias para a Mesa, fez os aperfeiçoamentos e chegamos a um acordo. Acho que temos um projeto de lei muito robusto, com total capacidade de ser implementado e que representa um tremendo avanço para a cidade.

Quanto à questão orçamentária, que foi bastante colocada, eu pretendo ser bem breve, mas eu vou colocar alguns números para vocês: Orçamento da Assistência Social, empenhado: Em 2016, 1,154 bilhão. Em 2021, que dá uma gestão e meia depois - tenho que pegar ano encerrado - 1,977 bilhão. Ele saltou de 1,154 bilhão para 1,977 bilhão. É uma revolução. O orçamento cresceu muito em uma gestão e meia. Orçamento da Assistência: Se eu pegar apenas para população em situação de rua, o total empenhado também, em 2016, são 200 milhões, especificamente para população de rua. Em 2022, já estamos em 560 milhões, só das dotações que são próprias para a população de rua. Há serviço que atende também à população de rua e não está em dotação própria de população de rua. Então, também temos aqui mais do que o dobro, de 200 para 560.

E o que isso representa em termos de serviços para a população de rua? Mais importante do que se falar do orçamento é falar do serviço entregue. Em 2016, havia 12.453 vagas de acolhimento na cidade. Agora, em 2022, há 26.900. Arredondando, passamos de 12.500 para 27.000. São vagas de acolhimento, incluindo centros de acolhida, centro de acolhida especial, hotéis e todas as possibilidades de acolhimento que foram criadas nesse período.

Há então um salto de 12.000 - tudo que havia sido criado até então - para 27.000. É uma revolução em uma gestão e meia. É um aumento muito expressivo de orçamento e de vagas de acolhimento para a população em situação de rua.

Então, só para pontuar mais uma questão de orçamento sobre primeira infância, há, em 2020 – o outro ponto, aqui, foi de orçamento – garantia e dotação. Primeiro a Vereadora já esclareceu. Na hora de se fazer a lei orçamentária, os Vereadores estarão atentos a isso. Eu fiz uma proposta, que é como a gente encaminhou essa questão na primeira infância. Era também sempre uma demanda. Há uma dotação própria de primeira infância: “Isso em termos de organização do orçamento, não é a melhor solução. A melhor solução é a gente identificar, no orçamento, o que é relativo à primeira infância”.

Por quê? Eu vou dar um exemplo bem simples, para vocês entenderem o que eu estou falando: Estratégia de saúde da família é um programa de visita domiciliar também para a primeira infância; mas ele não é só para a primeira infância. Ele atende à família toda. Ele atende ao idoso, ele atende ao adulto.

Então, se eu coloco só o orçamento da primeira infância, eu não vou visualizar várias outras despesas que são próprias da primeira infância. Então, a gente construiu, junto ao apoio da Fundação Abrinq, uma metodologia para identificar, fazer o percentual de cada serviço, quanto que aquilo representa a primeira infância, pegando, por exemplo, as famílias que são atendidas pelo Saúde da Família, quantos têm criança na primeira infância? São tantos por cento.

Então, vamos falar que tanto para o orçamento da saúde e da família é destinado para a primeira infância; e assim construímos toda uma metodologia com a Fundação Abrinq e hoje temos o Orçamento da Primeira Infância. A sigla é OPI. Quanto ao OPI de 2020, liquidados, há 8,5 bilhões, porque aí entram todas as creches, entram todos esses serviços que eu falei. É muito robusto mesmo.

Em 2021, o liquidado foi 11,7 bilhões. A gente saltou de 8,5 bilhões em 2020 para 11,7 bilhões em 2021, liquidado. Também não estamos falando de teoria, estamos falando de valor liquidado.

Então, acho que, em termos de orçamentários e em termos de volume de serviços, isso mostra, de uma forma clara, qual que é o compromisso que o Poder Executivo tem, que o

Prefeito Ricardo Nunes tem com essa pauta, com esse assunto. É prioridade do Prefeito o Centro da cidade, a população de rua e a primeira infância.

Então, quando a gente fala desse PL, não é à toa que houve todo esse empenho nosso, a nossa colaboração total, para a gente construir esse PL.

Eu queria também falar, reforçar o que as Vereadoras Luana e Juliana falaram. Eu acho que esse trabalho continua, para a gente fazer a regulamentação. Hoje é um dia de comemoração, um dia histórico para criança e adolescente em situação de rua, que, a partir de agora, passa a ter uma política municipal definida em lei, e uma lei muito robusta e passível de ser realmente total implementada. Era isso que eu tinha a falar.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Secretário.

Só um ponto: Também nós temos quase 88 bilhões de reais no Tesouro, além de que subiu muito a pobreza. Então, o número é alto, mas a gente sabe que também ainda não é suficiente para poder comportar todos os problemas na cidade. A gente tem muito desafio e quem sabe agora, no teto de gastos, o Congresso possa fazer o seu papel, para a gente poder inclusive descongelar os recursos do Governo Federal, para a gente poder avançar um pouco mais nessa política.

Na verdade, a gente tem que trabalhar para ter trabalho, emprego e renda, ter a primeira infância, com as crianças terem direito a todas as políticas públicas, para que eles não precisem ter uma política, uma legislação específica para poder trabalhar com a criança em situação de rua e na rua.

Em que pese, a gente sabe que isso é falado há décadas.

Gente, eu quero agradecer muito a todos, todas e todes. A gente só tem mais uma audiência pública antes do fechamento do orçamento na Câmara. No dia 7, a gente tem mais uma audiência pública na Comissão de Saúde. No dia 14, é a última reunião nossa.

Se vocês quiserem e puderem, a gente queria tirar uma grande foto desse dia histórico dessa audiência pública, quando a gente participou ativamente.

E assim, eu encerro essa audiência pública da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher. Tenham todos uma boa tarde e muitíssimo obrigada pelo comparecimento, tanto do virtual quanto do presencial.

Tem a palavra a Sra. Roberta.

A SRA. ROBERTA MACHADO TASSELLI – Muito brevemente, só para não ser injusta: faço menção também ao Prof. João Cléber e ao Conselheiro Tutelar Wilson, que também foram muito importantes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Há reuniões nos dias 7, 12 e 14. Então, ainda temos três encontros.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Ju, só um instante, antes de encerrar.

Eu acho que é importante trazer que, no orçamento, na semana passada, na audiência de Assistência, ficou explícito pelos trabalhadores tanto do serviço público municipal como pelas organizações sociais conveniadas, que há um déficit e que o recurso que está sendo empenhado para 2023 para Assistência Social não cobre as verdadeiras despesas para o atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e toda a população.

É importante deixar salientado, porque isso foi discutido. A gente conquistou essa audiência hoje. É um avanço.

E aí, Juliana, você deixa um legado muito importante nessa Casa, e estaremos à disposição quanto Mandata Coletiva, para contribuir com esse debate e ficar atento com a questão do orçamento, porque, sem o orçamento, não existe política pública.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Exatamente. Agradeço também Dom Odilo, porque ele ajudou bastante também nessa composição. Precisamos também reconhecer.

Vamos embora tirar foto?

Declaro encerrados os trabalhos da audiência pública da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher.

Obrigada. (Palmas)